



**Ana do Carmo A Evolução da Auditoria Interna após a Lei SOX -
Miranda Raposo Alves Impactos indirectos no caso português**



**Ana do Carmo
Miranda Raposo Alves**

**A Evolução da Auditoria Interna após a Lei SOX -
Impactos indirectos no caso português**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Helena Coelho Inácio, equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo

Equiparada a professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

vogais

Doutora Helena Coelho Inácio

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (Orientadora)

Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Castelo Branco

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto

agradecimentos

Aos meus pais por toda a dedicação, apoio e estímulo

Aos meus irmãos por toda a compreensão, paciência e auxílio

Ao Nuno pelo incentivo constante e infinita compreensão e apoio

À Diana pela constante motivação e cumplicidade

À minha orientadora pelo apoio na orientação e crítica construtiva

palavras-chave

Governo das Sociedades; Sarbanes Oxley Act; Auditoria Interna; Controlo Interno; Gestão de risco

resumo

Em resposta aos escândalos financeiros ocorridos no final do século XX surge, no ano de 2002, a lei Sarbanes Oxley Act (SOX) que tenta restabelecer a confiança dos investidores no mercado de capitais Norte Americano transformando as boas práticas de governo das sociedades em leis.

A SOX torna a gestão responsável por estabelecer, avaliar e monitorizar a eficiência e eficácia do controlo e procedimentos internos. Aquando da sua implementação as organizações apoiaram-se na auditoria interna, argumentando que o seu papel coincidia com os objectivos da lei SOX (consolidação do controlo interno). Esta parceria acabou por provocar visíveis progressos na auditoria interna.

Visto que esta lei não é de aplicação obrigatória em Portugal, em relação a esta temática a maioria das empresas têm vindo a seguir as recomendações e regulamentos emitidos pela CMVM sobre o governo das sociedades. No entanto, e porque algumas empresas portuguesas estiveram ou estão cotadas na bolsa americana, existem empresas que possuem estas duas estruturas. Neste sentido, o presente trabalho tem como objectivo perceber se as recomendações da CMVM, por si só, terão provocado um desenvolvimento na auditoria interna. Tentámos também perceber se existe uma disparidade muito grande entre o desenvolvimento da auditoria interna das empresas que consideram a lei SOX e as que consideram apenas as recomendações da CMVM.

Para tal, realizámos um estudo empírico onde analisámos os relatórios dos governos das sociedades de 18 empresas que constituem o PSI 20 até ao ano de 2008. Os resultados obtidos sugerem que a auditoria interna tem vindo a sofrer um grande desenvolvimento, tendo conquistado um lugar de destaque na organização onde a sua função é cada vez mais ampla e imprescindível. Foi ainda possível observar que a auditoria interna passou a considerar uma conjuntura mais ampla e dinâmica, passando assim a desempenhar as mais variadas funções, como avaliar e testar os controlos e procedimentos internos, gerir os processo de gestão de risco, assegurar cumprimento de normas e monitorizar e participar em planos estratégicos.

keywords

Corporate Governance; Sarbanes Oxley Act; Internal Auditing; Internal Control; Risk Management

abstract

In response to the financial scandals of the late twentieth century appears, in 2002, the Sarbanes Oxley Act (SOX) that tries to restore investors confidence in the US capital markets, turning to laws the good practice of corporate governance.

The SOX makes the management responsible for establishing, assessing and monitoring the efficiency and effectiveness of the control and internal procedures. When it was implemented organizations relied on internal audit, arguing that its role coincided with the objectives of the SOX (consolidation of internal control). This partnership will ultimately lead to visible progress in internal auditing.

Since this law is not enforceable in Portugal, in relation to this issue most companies have been following the recommendations and regulations issued by the CMVM on corporate governance. However, and because some portuguese companies have been or are listed on the US stock market, there are companies that have these two structures. In this sense, this work aims to understand if the recommendations of CMVM, by itself, have caused a development in the internal audit. We tried also to realize if there are a very wide disparity between the development of internal auditing of companies that consider the SOX law and the ones that consider only the recommendations of the CMVM.

For such, we made an empirical study where we analyzed the reports of corporate governance of the 18 companies that form the PSI 20 until the year 2008. The results suggest that internal auditing is under a great progress, having won a place of prestige in the organization where it function become wider and essential. It was still possible to observe that the internal audit began to consider a broader and dynamic conjuncture, starting to play the more different roles, such as evaluate and test internal controls and procedures, manage the process of risk management, ensuring the execution of standards and monitoring and participate in strategic plans.

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS	III
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	IV
ÍNDICE DOS QUADROS	V
INTRODUÇÃO	1
1.- GOVERNO DAS SOCIEDADES	4
1.1.- GOVERNO DAS SOCIEDADES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	5
1.2.- GOVERNO DAS SOCIEDADES NA EUROPA	6
1.3.- GOVERNO DAS SOCIEDADES EM PORTUGAL	8
2.- A LEI SOX E A AUDITORIA.....	14
2.1.- ANTECEDENTES DA LEI SARBANES OXLEY ACT	14
2.2.- LEI SARBANES OXLEY ACT: ASPECTOS RELEVANTES NO CONTEXTO DA AUDITORIA INTERNA	16
2.3.- EFEITOS DA LEI SARBANES OXLEY ACT NA AUDITORIA INTERNA	23
3.- A AUDITORIA INTERNA E O SEU PAPEL NA EMPRESA.....	27
3.1.- AUDITORIA INTERNA: EVOLUÇÃO DO CONCEITO	28
3.2.- AUDITORIA INTERNA NA ORGANIZAÇÃO.....	31
3.3.- AUDITORIA INTERNA E CONTROLO INTERNO	33
3.3.1. COSO	36
3.4.- AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DE RISCO	37
3.4.1.- COSO – ERM	38
3.4.2.- PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NA GESTÃO DE RISCO.....	40
3.5.- A AUDITORIA INTERNA, CONTROLO INTERNO, GESTÃO DE RISCOS E GOVERNO DAS SOCIEDADES	43
4.- ESTUDO EMPÍRICO.....	46
4.1.- JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO	46
4.2.- METODOLOGIA	47
4.3.- AMOSTRA	48
4.4.- ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
4.4.1.- ESTRUTURA FUNCIONAL DA ORGANIZAÇÃO	51
4.4.2.- PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NO CONTROLO INTERNO E NA GESTÃO DE RISCO.....	52
4.4.2.1.- DEPARTAMENTO DE CONTROLO INTERNO VS A AUDITORIA INTERNA AVALIA A EFICÁCIA/EFICIÊNCIA DO CONTROLO INTERNO	54
4.4.2.2.- DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO RISCO VS A AUDITORIA INTERNA AVALIA A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DE RISCO, CONTROLO INTERNO, CONTROLO DOS RISCOS ASSIM COMO DOS PROCESSOS DO NEGÓCIO	56
4.4.3.- OUTRAS FUNÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.....	57
4.4.4.- A AUDITORIA INTERNA ACRESCENTA VALOR A ORGANIZAÇÃO VS AUDITORIA INTERNA É DESENVOLVIDA EM TODOS O NEGÓCIO.....	59
4.4.5.- AS ORGANIZAÇÃO QUE APLICAM PRÁTICAS DA SARBANES OXLEY- ACT.....	61
4.5.- LIMITAÇÕES.....	65
4.6.- CONCLUSÕES DO ESTUDO EMPÍRICO	66
5.- CONCLUSÃO.....	71
6.- BIBLIOGRAFIA	73
ANEXOS	77

ANEXO 1	77
ANEXO 2	77
ANEXO 3	78
ANEXO 4	78
ANEXO 5	79
ANEXO 6	79
ANEXO 7	80
ANEXO 8	80
ANEXO 9	81
ANEXO 10	81

Lista de Abreviaturas

AICPA- American Institute of Certified Public Accountants

CAO- Chief Accounting Officer

CEO -Chief Executive Officer

CFO- Chief Financial Officer

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

COSO- Committee of Sponsoring Organizations

COSO ERM - Committee of Sponsoring Organizations - Enterprise Risk Management Framework

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development

ERM -Enterprise Risk Management

EUA- Estados Unidos da América

IIA - Institute of Internal Auditors

IPAI- Instituto Português de Auditoria Interna

IPCG- Instituto Português de Corporate Governance

NYSE- New York Stock Exchange

SEC -Securities and Exchange Commission

SOX- Sarbanes Oxley

TUAC- Trade Union Advisory Committee

Índice de Gráficos

GRÁFICO Nº 1 - ESTRUTURA FUNCIONAL DA ORGANIZAÇÃO	51
GRÁFICO Nº 2 - PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NO CONTROLO INTERNO E NA GESTÃO DE RISCO	53
GRÁFICO Nº 3 – POSSUI UMA UNIDADE DEDICADA OU RESPONSÁVEL PELO CONTROLO INTERNO VS A AUDITORIA INTERNA AVALIA A EFICÁCIA/EFICIÊNCIA DO CONTROLO INTERNO	55
GRÁFICO Nº 4 – POSSUI UMA UNIDADE DEDICADA OU RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCO VS A AUDITORIA INTERNA AVALIA A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DE RISCO, CONTROLO INTERNO, CONTROLO DOS RISCOS ASSIM COMO DOS PROCESSOS DO NEGÓCIO	56
GRÁFICO Nº 5- OUTRAS FUNÇÕES DA AUDITORIA INTERNA	58
GRÁFICO Nº 6- A AUDITORIA INTERNA ACRESCENTA VALOR A ORGANIZAÇÃO VS AUDITORIA INTERNA É DESENVOLVIDA EM TODOS O NEGÓCIO.....	60
GRÁFICO Nº 7- ORGANIZAÇÕES QUE APLICAM A LEI SOX.....	61
GRÁFICO Nº 8 – IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES QUE APLICAM A LEI SOX	62
GRÁFICO Nº 9– ESTRUTURA QUE ASSEGURA O CONTROLO INTERNO NAS ORGANIZAÇÕES QUE APLICAM A LEI SOX.....	63
GRÁFICO Nº 10 – OUTRAS FUNÇÕES DA AUDITORIA INTERNA UTILIZADAS PELAS EMPRESAS QUE IMPLEMENTAM A LEI SOX	64

Índice dos Quadros

QUADRO 1 - NOVA ESTRUTURA DO CÓDIGO DO GOVERNO DAS SOCIEDADES.....	11
QUADRO 2- ESTRUTURA DA LEI SOX.....	16
QUADRO 3- EVOLUÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	30
QUADRO 4 - VARIÁVEIS EM ESTUDO.....	47
QUADRO 5 - EMPRESAS QUE CONSTITUEM O NOSSO ESTUDO.....	49
QUADRO 6 - FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS E RELATIVAS DAS VARIÁVEIS EM ESTUDO.....	50

Introdução

No final do século XX deflagravam nos EUA uma série de escândalos financeiros, que envolveram empresas como a Enron, Worldcom, Arthur Andersen. Na sequência desses escândalos muitos dos executivos quando questionados acerca dos acontecimentos declararam “não ter conhecimento” das actividades fraudulentas praticadas pelas empresa. No sentido de evitar novos escândalos e para que a culpa “não morra solteira”, o Congresso Norte – Americano aprova a lei SOX, que tem como principal objectivo combater a fraude corporativa e proteger os investidores através do reforço das boas práticas de governo das sociedades.

A lei SOX veio rescrever literalmente as regras do governo das sociedades, sendo encarada como uma “uma lufada de ar fresco” e o impulsionador para a nova era do governo das sociedades, cuja génese havia nascido nos relatórios e modelos de controlo interno como os Treadway, Cadbury, Turnbull, COSO.

O principal objectivo desta lei passa por tentar recuperar a segurança e credibilidade das empresas cotadas nos mercados de capitais norte-americanos, neste sentido, a SOX estabelece requisitos bastante rigorosos em algumas áreas do governo das sociedades, como assegurar a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno, o cumprimento de leis e as responsabilidades dos gestores relativamente à fiabilidade a informação financeira.

As secções 302 e 404, são consideradas as mais carismáticas, e estão directamente relacionadas com o controlo interno, estas descrevem que a gestão deverá certificar a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno, ficando ainda a seu cargo a divulgação dos procedimentos e mecanismos de controlo e eventuais ineficiências do sistema de controlo interno.

Deste modo a SOX acredita que poderá ajudar as organizações a identificar fraquezas e insuficiências do sistema com a antecedência necessária para minimizar os seus efeitos, ou evitar uma eventual fraude.

A generalidade das empresas que estão obrigadas a estar em conformidade com a SOX, referem que estas novas imposições requerem muito mais recursos, principalmente as obrigações relacionadas com o controlo interno.

Perante este cenário as organizações apercebem-se que as novas exigências implementadas pela SOX encontravam-se dentro do domínio natural dos conhecimentos da auditoria interna. Neste sentido os auditores internos são convocados para apoiar a implementação da lei dentro da organização. Esta parceria terá provocado sérios desenvolvimentos na função da auditoria interna e se antes esta concentrava-se numa abordagem mais tradicional onde tinha uma visão essencialmente operacional, com a implementação da SOX passou a desempenhar uma função muito mais dinâmica e abrangente.

Em contexto português esta lei não tem aplicabilidade, no entanto existem empresas que aplicam a SOX, uma vez que estão ou estiveram, cotadas na bolsa de valores norte americana. Por outro lado, em Portugal, no que respeita a governo das sociedades e a aspectos de auditoria interna, temos as recomendações elaboradas pela CMVM que é o organismo que tem sido responsável pela implementação da maior parte dos bons princípios de governo das sociedades em Portugal.

Neste sentido, parte dos objectivos deste trabalho passam por perceber se o acompanhamento dos princípios do governo das sociedades propostos pelo CMVM tem promovido o desenvolvimento da auditoria interna nas organizações portuguesas. Paralelamente pretende-se, também, compreender até que ponto o facto de determinadas empresas aplicarem a lei SOX influenciou e desenvolveu a auditoria interna.

Assim, e com o intuito de responder a esta questão a presente dissertação encontra-se organizado em 4 tópicos sintonizados de seguida

No primeiro ponto fazemos uma abordagem à evolução do governo das sociedades, referindo o seu crescimento nos EUA, na Europa e por fim em Portugal, o intuito é perceber o enquadramento desta lei, e para tal temos de compreender todos os seus antecedentes históricos.

No ponto número dois debruçamo-nos sobre a essência da lei SOX, abordando os seus principais aspectos. Iniciamos este ponto com uma referência aos escândalos que antecederam a referida lei, posteriormente explicamos a estrutura e o conteúdo, dando

especial destaque às secções 302 e 404, que são as secções que se encontram particularmente relacionadas com o controlo interno e por sua vez com a auditoria interna. Terminamos este ponto referindo-nos aos efeitos que a lei SOX teve na auditoria interna.

No terceiro ponto, propomo-nos perceber a evolução sofrida no conceito de auditoria interna, dando principal destaque ao contraste entre o paradigma tradicional baseado no controlo interno e o actual paradigma baseado no risco, isto sem esquecer de referir a importância que a auditoria interna pode ter numa organização. No decorrer deste ponto fazemos ainda uma referência ao controlo interno que está inevitavelmente ligado à auditoria interna. Por sua vez faremos uma abordagem à relação que existe entre a auditoria interna e a gestão do risco destacando a sua importância nas organizações e os benefícios que uma boa estrutura, como o COSO-ERM pode trazer às entidades. A finalizar este ponto apresentamos a relação que existe entre a auditoria interna, controlo interno, gestão de riscos e governo das sociedades.

No quarto ponto, propomo-nos verificar se a evolução do conceito de auditoria interna, que foi impulsionado pelos desenvolvimentos do bom governo das sociedades, está reflectida nas nossas organizações.

Neste sentido realizaremos uma análise dos relatórios de bom governo de uma amostra de 18 empresas cotadas no PSI 20 da Bolsa da Euronext Lisboa.

A finalizar apresentamos as principais conclusões do estudo desenvolvido nesta dissertação.

1.- Governo das Sociedades

A origem da discussão relativa a matérias sobre o governo das sociedades teve origem nos EUA, mais propriamente na década de 70, como reacção a escândalos de corrupção financeira por parte de numerosas sociedades, no entanto, actualmente já expandiu para fora da América considerando-se património mundial nos actuais mercados de valores mobiliários, (Moreira et al, 2004).

Assim e embora o conceito governo das sociedades, internacionalmente conhecido por corporate governance, seja relativamente novo o seu estudo não é assim tão recente, segundo Moreira et al (2004), a origem deste estudo deve-se ao trabalho realizado por Adolph Berle e Gardiner Means designado *The Modern Corporation and Private Property*, publicado em 1932. Este trabalho terá surgido na sequência da grande crise de 1929, acabou por ser considerado uma referência para a legislação norte-americana que foi entretanto aprovada.

Depois da sua criação, o conceito governo das sociedades tem vindo a acompanhar as grandes mudanças e oscilações do mundo financeiro, sofrendo ele próprio uma forte evolução. No entanto, este conceito não reúne consenso, talvez pelo facto dos autores terem diferentes perspectivas criando, inevitavelmente, diferentes definições.

Segundo alguns autores o governo das sociedades deve ter uma perspectiva mais limitada e essencialmente relacionada com o objectivo de eficiência económica. No entanto, existem opiniões discordantes, segundo as quais este conceito deve ser visto e pensado numa perspectiva mais vasta onde se inclui, por exemplo, o conhecimento da organização da actividade económica; neste caso pretende-se que sejam igualmente atingidos objectivos sociais relativos (Marques, 2003).

Embora não haja uma definição unânime alguns organismos desenvolveram as suas definições, TUAC (2004) refere que em 1999 a OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) define o governo das sociedades como sendo um sistema através do qual as organizações são dirigidas e controladas. A estrutura do governo das sociedades especifica a distribuição dos direitos e das responsabilidades ao longo dos diferentes participantes na empresa – o conselho de administração, os gestores, os accio-

nistas e outros intervenientes – e dita as regras e os procedimentos para a tomada de decisões nas questões empresariais. Ao fazê-lo, fornece também a estrutura através da qual a empresa estabelece os seus objectivos e as formas de atingi-los e monitorizar a sua performance.

Em 2005, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários referia-se ao governo das sociedades “como sendo um sistema de regras e condutas relativo ao exercício da direcção e controlo das sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado” (CMVM, 2005, pp. 1).

Segundo Almeida (2005) os objectivos do Governo das Sociedades passam por apoiar o desempenho da organização de modo a que esta obtenha os melhores resultados, para tal, existe a tentativa de prevenir e detectar comportamentos fraudulentos. Pretende-se ainda que a reputação das organizações cresça, ao apostar-se na transparência e relato da informação. Pinheiro (2008 b) expõe de modo sucinto que o governo das sociedades, tenta:

- Assegurar a confiança e integridade da informação;
- Assegurar o cumprimento das políticas, planos, procedimentos e legislação em vigor;
- Assegurar e proteger os activos
- Assegurar a realização dos objectivos e metas fixadas para as operações
- Acrescentar valor accionista
- Avaliar e responsabilizar a gestão pelos actos praticados
- Incentivar a gestão pela responsabilidade social

1.1.- Governo das Sociedades nos Estados Unidos da América

Como referimos anteriormente esta problemática iniciou-se no EUA nos anos 70 mas, é com a criação da Comissão Treadway no ano de 1985 que esta temática ganha destaque. A Comissão Treadway foi criada pelo Congresso Americano com o intuito de aumentar o combate à fraude, tendo posteriormente, evoluído para a realização de estudos sobre o controlo interno, considerando que este deve oferecer uma garantia razoável de que os objectivos das entidades são alcançados. Dando igualmente relevância à exis-

tência da auditoria interna e a que os auditores sejam devidamente independentes (Pinheiro, 2008 a).

Segundo Pires (2008) o relatório de Treadway defendia a criação de um controlo interno adequado, graças a uma auditoria interna objectiva e eficaz e à criação de um comité de auditoria independente. Deste modo as organizações teriam mais condições para assegurar e supervisionar os processos de preparação de documentos, as contas, os controlos internos e os códigos de conduta.

Como refere Gonçalves (2008) este relatório pretende que os responsáveis pela gestão concebam um sistema de controlo interno eficaz, graças à existência de um código de conduta e de uma comissão de auditoria que integre profissionais competentes e com conhecimento adequado da actividade desenvolvida.

Neste relatório o controlo interno foi definido como um processo, efectuado pela direcção, gerentes e demais colaboradores com o objectivo de assegurar a eficácia e eficiência das operações e se estas cumprem com os regulamentos e as leis previstas.

Foi esta comissão que criou o tão falado Committee of Sponsoring Organizations (COSO). As suas directrizes foram publicadas em 1991, directrizes estas, que foram sofrendo algumas revisões e actualizações ao longo dos últimos tempos. Segundo Flaherty e Maki em COSO 2004, desde a criação da referida estrutura esta tem sido incorporada em políticas, normas e regulamentos adoptadas por numerosas organizações, levando a que esta estrutura seja a escolhida pela maior parte das organizações.

No ponto 3.3 desta dissertação o modelo defendido pelo COSO será analisado mais detalhadamente.

1.2.- Governo das Sociedades na Europa

A problemática do governo das sociedades desenvolve-se fortemente na Europa quando em 1992 surge na Inglaterra o relatório de Cadbury, que à semelhança do que aconteceu nos EUA, aparece na sequência de grandes escândalos financeiros ocorridos em várias empresas do Reino Unido. Este documento trouxe um importante desenvolvimento ao nível do governo das sociedades e por sua vez um reconhecimento significativo da auditoria interna.

Segundo Câmara (2008) o relatório britânico pretendia que os administradores elaborassem, anualmente, uma declaração sobre a eficácia do sistema de controlo interno, a qual por seu turno seria apreciada pelo auditor.

Esquemáticamente, o relatório Cadbury prevê (Mattedi, 2006):

- Que as informações devem ser apresentadas frequentemente e com clareza;
- Elucidar sobre as responsabilidades dos administradores executivos e não executivos dentro da entidade;
- Responsabilizar os executivos sobre a análise e apresentação de informações para os accionistas;
- Elucidar sobre as responsabilidades dos auditores e a extensão das suas atribuições;
- A constituição e o papel dos conselhos; e
- As ligações entre accionistas, conselhos e auditores.

Posteriormente, mais propriamente no ano de 1995 surge o relatório Greenbury que, e de acordo, com Pires (2008), caracteriza-se por recomendar o reforço da relação existente entre a remuneração e o desempenho do conselho de administração. Recomendando a divulgação das remunerações nos relatórios anuais e a criação de um comité de remunerações, composto por administradores não executivos.

Ainda em 1995 surge o relatório Hampel que segundo Cunha e Martins (2007) tenta desenvolver standards elevados de governo das sociedades destacando a protecção dos investidores e a tentativa em garantir o bom desempenho das empresas inglesas cotadas em bolsa. Este relatório vem apoiar os pressupostos dos relatórios de Cadbury e de Greenbury reforçando, alguns aspectos.

Em 1999 aparece um novo relatório, o relatório Turnbull que acaba por juntar o que de melhor há nos relatórios já aqui mencionados. O principal objectivo é assegurar uma boa gestão das empresas centrando a atenção nos aspectos relativos ao controlo interno e na gestão do risco.

1.3.- Governo das Sociedades em Portugal

Como vimos o governo das sociedades tem conhecido uma difusão em todos os mercados internacionais e Portugal não é excepção.

Aliás, a vivida internacionalização das sociedades e globalização dos mercados leva a que seja importante nivelar parâmetros de segurança da organização e dos agentes dos mercados, sendo impossível que Portugal se desvie desta problemática.

Em território nacional, dispomos de algumas disposições ou recomendações que se assemelham às disposições previstas pela lei SOX, nomeadamente as recomendações da CMVM, alguns artigos previstos no Código das Sociedades Comerciais, algumas disposições do regulamento dos Revisores Oficiais de Contas, e mais recentemente através do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) que neste momento apresenta um projecto de Código de Bom Governo das Sociedades.

No entanto, e embora não seja a única entidade a fazê-lo, a CMVM tem desempenhado um papel fundamental na implementação das boas práticas do governo das sociedades em Portugal, uma vez que é da sua responsabilidades a elaboração de recomendações e aprovação de regulamentos sobre o governo das sociedades das entidades cotadas.

Segundo Moreira et all (2004, pp.7) “uma adequada política de governo das sociedades deve: garantir a transparência; assegurar a defesa dos accionistas e dos credores; responsabilizar os gestores pelos incumprimentos de objectivos e pelas violações à lei; não impedir a maximização de performance; ser conforme aos standards internacionais e ser ajustada à realidade do país”.

As recomendações da CMVM que têm conhecido uma evolução significativa, quer quanto ao seu conteúdo, quer quanto à sua envolvimento.

A primeira edição destas recomendações surge no ano de 1999, e “ limitava-se a procurar que os emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado informassem o mercado sobre o grau de cumprimento das recomendações” (Pereira e Branco 2005, pp. 1)

Dois anos mais tarde, o Regulamento n.º 7/2001 da CMVM aderiu ao princípio “cumpre ou explica” e propõe que as sociedades emissoras de acções admitidas à nego-

ciação em mercado regulamentado devem divulgar anualmente informações sobre diversos aspectos ligados ao governo societário. Sendo de salientar aquelas relativas ao cumprimento ou incumprimento das recomendações, sempre acompanhadas da respectiva fundamentação (CMVM, 2005).

Pereira e Branco (2005) salientam o facto de este regulamento obrigar as sociedades emissoras de acções a elaborar um relatório sobre o governo da sociedade, em anexo ao relatório anual de gestão, ou num capítulo separado.

Em 2003, ocorreu uma nova revisão de forma a tornar mais completo o relatório anual sobre o governo das sociedades mantendo-se contudo as linhas fundamentais do Regulamento n.º 7/2001, e em especial a filosofia “cumpre ou explica” que continuou a crescer.

Esta revisão que foi precedida de discussão pública, valorizou o conceito de "administrador independente" e criou novos deveres de informação das sociedades, incluindo informação sobre os honorários pagos aos auditores e divulgação de informação obrigatória através de *site na internet* (Pereira e Branco, 2005).

Por sua vez em 2005 surgem novas modificações que estão relacionadas com o aperfeiçoamento do sistema de fiscalização interna e o reforço da transparência das sociedades, o que se traduz, na prática, numa maior exigência informativa ao nível do relatório anual sobre o governo das sociedades (CMVM, 2007 b).

Sumariamente, as novas recomendações da CMVM passam por sugerir (Tavares, 2006):

1. A criação de um gabinete de apoio ao investidor;
2. A eliminação das limitações ao exercício do voto, directamente, por correspondência, ou por procuração;
3. A criação de um sistema interno de controlo para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário;
4. A adopção de medidas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição deve respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas;

- 5.A existência de um número suficiente de administradores não executivos e de administradores independentes;
- 6.A existência de uma política interna de comunicação das irregularidades ocorridas na sociedade;
7. A criação, pelo órgão de administração de comissões internas de controlo com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários;
8. A divulgação das remunerações individuais dos administradores e aprovação pela assembleia-geral de uma política de remuneração dos órgãos da administração;
- 9.A independência dos membros da comissão de remunerações ou equivalentes relativamente aos membros do órgão de administração;
- 10.A submissão à assembleia-geral da proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores.

Em 2007 faz-se uma nova revisão em que um conjunto de recomendações conhece uma nova arrumação sistemática e passa a ser designado por “Código do Governo das Sociedades da CMVM”.

No mesmo ano de 2007, a CMVM aprovou o Regulamento n.º 1/2007, com consequente revogação do Regulamento n.º 7/2001. A revisão bienal do texto das “Recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades”, levou a sucessivas modificações do Regulamento n.º 7/2001 (Regulamentos da CMVM n.ºs 11/2003, 10/2005 e 3/2006), com o propósito de adequar o enquadramento regulamentar e recomendatório à evolução do padrão regulatório, ditada pela aprovação de textos relevantes tais como as recomendações da Comissão Europeia sobre independência dos auditores, sobre o papel dos administradores não executivos e sobre a remuneração dos administradores, o plano de acção da Comissão Europeia sobre direito das sociedades e a revisão dos princípios da OCDE sobre o governo das sociedades (CMVM, 2007 a).

Neste sentido a CMVM, tem como principal objectivo melhorar as estruturas de governo das sociedades português e “importar” para o contexto nacional as melhores práticas de governo das sociedades cotadas. Ou seja, pretende recuperar a confiança dos investidores no mercado de capitais português e nos modelos de governo societário existentes (CMVM, 2001).

No entanto, a adopção do Regulamento n.º 1/2007 insere-se numa linha de continuidade sendo que as grandes diferenças surgem no conteúdo do relatório anual de governação, nos deveres de transparência a cargo da sociedade e nos deveres informativos dos membros dos respectivos órgãos sociais (CMVM, 2007 a).

Assim, quanto às modificações surgidas, destacam-se as alterações na estrutura do relatório sobre a estrutura e a prática do governo das sociedades, a divulgar por sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado e sujeitas a lei portuguesa, de modo a alinhar o teor do relatório com a nova sistematização das recomendações, agora convertidas no “Código sobre o Governo das Sociedades da CMVM”. Contudo, a CMVM renova a instrução principal quanto ao modo de elaboração do documento, prevendo que o relatório não deve ser elaborado como se um inquérito de preenchimento mecânico se tratasse, mas antes deve ser entendido enquanto exercício de reflexão crítica e tomada de posição, pela sociedade, sobre as suas práticas do governo das sociedades (CMVM, 2007 a).

De seguida apresentamos, no Quadro 1, a nova estrutura do código do governo das sociedades da CMVM

I - Assembleia Geral

I.1. Mesa da Assembleia Geral

I.2. Participação na Assembleia

I.3. Voto e Exercício do Direito de Voto

I.4. Quórum e Deliberações

I.5. Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas

I.6. Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades

II - Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1. Temas Gerais

II.1.1. Estrutura e Competência

II.1.2. Incompatibilidades e Independência

II.1.3. Elegibilidade e Nomeação

II.1.4. Política de Comunicação de Irregularidades

II.1.5. Remuneração

II.2. Conselho de Administração

II.3. Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo

II.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal

II.5. Comissões Especializadas

III - Informação e Auditoria

III.1. Deveres Gerais de Informação

Quadro 1 - Nova estrutura do código do governo das sociedades

Deste modo, e graças às novas recomendações e ao novo regulamento sobre o governo das sociedades aprovado pela CMVM, podemos considerar que o ano de 2008 pode ser visto como o ano de viragem para o governo das sociedades cotadas, em Portugal.

No entanto, no presente ano, encontrou-se em consulta pública um novo projecto de regulamento da CMVM (n.º 02/2009) para o governo das sociedades cotadas com vista a revogar o Regulamento da CMVM nº 1/ 2007 em simultâneo com um projecto de alteração ao Código do Governo das Sociedades. O convite da CMVM para que os interessados se pronunciassem sobre o projecto de regulamento e demais documentos de revisão do Código do Governo das Sociedades decorreu até ao passado dia 30 de Setembro de 2009.

Esta prática da consulta pública tem sido uma medida bastante realizada pela CMVM. Segundo Moreira et al (2004), a política de transparência da actividade reguladora da CMVM, tem dado grande relevo à discussão pública, incrementando a cultura de participação na revisão das recomendações, considerando, e bem, que o desenvolvimento das práticas do governo societário nacionais assenta no empenho e envolvimento de todos os participantes do mercado.

Em termos muito sintéticos, os novos objectivos da CMVM para 2009, no âmbito do governo das sociedades, pretendem promover novas recomendações sobre as remunerações, e tentam concluir a transposição da directiva dos direitos dos accionistas. Por sua vez, este novo regulamento surge com uma novidade ao possibilitar a escolha pelas empresas do Código de Governo das Sociedades a que pretendem vincular-se desde que, comparativamente com o Código da CMVM:

- Obedeça a princípios e consagre práticas de governo societário que, globalmente, assegurem níveis equivalentes de protecção dos interesses dos accionistas e de transparência do governo societário;
- Abranja, pelo menos, as matérias constantes do código da CMVM;
- Seja emitido por instituição que reconhecidamente congregue especialistas em assuntos de governo das sociedades, e que funcione com independência relativamente a quaisquer interesses particulares (CMVM, 2009).

À semelhança do que acontece em território nacional “a nível da União Europeia, a tendência é mesmo para recorrer à *soft law*, ou seja, às recomendações, em vez das obrigações. Já o exemplo inverso é a prática dos norte-americanos que, através da lei SOX, apostam na força da lei para obrigar as empresas a boas práticas de transparência. Na Europa, há uma vantagem competitiva nas menores obrigações face aos EUA, sendo pouco provável que se evolua no sentido das regras norte-americanas, defendem os especialistas na matéria” (Lourenço et al, 2008, pp.51).

Como vimos, em Portugal a CMVM emite recomendações para as empresas cotadas mas estas não são obrigadas a cumpri-las, devendo apenas fundamentar o seu não cumprimento. No entanto, começam a surgir algumas vozes em oposição a esta metodologia que consideram que deveria existir uma maior exigência legal a esse nível.

2.- A lei SOX e a auditoria

2.1.- Antecedentes da lei Sarbanes Oxley Act

Como ficou aqui explicito, tem-se falado muito do governo das sociedades, conceito que tem crescido abruptamente um pouco por todo o universo económico mas é aquando da criação da lei SOX no ano de 2002, que esta máxima ganha um destaque sem precedentes. Até ao ano de 2002, já haviam sido tomadas algumas medidas nessa matéria, como tivemos oportunidade de ver no ponto anterior. No entanto, e como refere Almeida (2005, pp.10), “a existência de vários códigos sobre governo das sociedades não evitou a emergência de alguns escândalos de fraude corporativa que conduziam ao colapso ou crise de algumas entidades internacionais, como a Worldcom, Enron, Arthur Andersen, (...), Parmalat” entre outras.

Vivia-se o final do século XX e os Estados Unidos da América deparavam-se com uma crise quase sem precedentes, enfrentando consecutivos escândalos financeiros que acabaram por afectar conceituadas empresas americanas. A maior parte das ilegalidades ocorridas foram protagonizadas pelos executivos das empresas, o que acabou por descredibilizar o meio financeiro, desencadeando uma crise de confiança no mercado global.

No leque de empresas fraudulentas surge o nome da Enron, que actuava no sector da energia e se encontrava entre as 10 maiores empresas do EUA. Decorria o ano de 2001 quando, na sequência de falência, são detectados mecanismos de manipulação das demonstrações financeiras da empresa. Neste caso os executivos foram responsabilizados pelo colapso. Muito ligada à Enron encontra-se um dos nomes mais sonante na área de auditoria e consultadoria, a Arthur Andersen, responsável pela auditoria da Enron. Geram-se fortes suspeitas relativamente a eventual cumplicidade entre estas duas empresas. Zanker (2008) refere que durante o processo de falência da Enron, a Arthur Andersen acabou por ser investigada ficando provado a existência de ocultação e alteração de informações.

Ainda ligada à Arthur Andersen surge o escândalo que ocorreu na Worldcom que era conhecida como uma das maiores empresas de telecomunicações norte americanas.

Esta empresa com o “consentimento” da sua empresa de auditoria, a já falada Arthur Andersen, passa a manusear as suas demonstrações financeiras de modo a poder gerar lucros maiores ou omitir eventuais prejuízos.

No entanto estes escândalos não ocorreram somente em empresas americanas, vejamos o caso de determinadas empresas Europeias, nomeadamente o da italiana Parmalat que protagonizou um dos maiores escândalos financeiros do velho continente, ao qual muitos chamaram a “Enron Europeia”.

Tornou-se, assim, necessário desencorajar este género de ilegalidades. Neste sentido criou-se um leque de medidas, normas e regras que devem ser respeitadas por todos, sendo aplicadas penalidades aos que não o fizeram.

É neste cenário de incerteza e insegurança que surge no EUA a lei SOX, assinada pelo Presidente Norte-americano em 30 de Julho de 2002 com o objectivo de melhorar a Contabilidade das Empresas e a Protecção dos Investidores (Public Company Accounting Reform and Investor Protection Act).

O intuito desta lei é regular, fiscalizar e punir eventuais infractores de modo a conseguir proteger os direitos da maioria, aperfeiçoando os controlos financeiros de modo a assegurar a eficiência do governo das sociedades.

Como bem refere Gerônimo et al (2009) com esta lei tenta-se recuperar a credibilidade no mercado de capitais e evitar novos escândalos que só contribuiriam para o aumento dos prejuízos e a consequente redução das fontes de recurso financeiros.

Por sua vez, Gerônimo et al (2009) cita Borgeth (2007) segundo o qual esta lei afecta também as empresas de auditoria ao estabelecer que além de auditarem as demonstrações financeiras, também terão de certificar a eficiência e eficácia dos controlos internos, vindo desta forma a ter efeitos directos na auditoria externa e indirectos na auditoria interna.

Seguidamente analisaremos mais aprofundadamente a lei SOX enumerando resumidamente os tópicos mais relevantes no contexto da auditoria interna.

2.2.- Lei Sarbanes Oxley Act: aspectos relevantes no contexto da auditoria interna

Em 2002 a lei SOX reescreve as regras do governo das sociedades e terá causado um dos maiores impactos no mundo económico-financeiro. Santos (2004), salienta que anteriormente a esta lei só a criação da SEC – Security and Exchange Commission, em plenos anos 30 terá tido semelhante destaque. No entanto é a lei SOX que veio revolucionar a divulgação e emissão de relatórios financeiros, assim como, o conceito de ética aplicado à auditoria.

Contudo, e como bem menciona Azevedo (2007) esta lei está repleta de legalismos e tem causado reflexão por todo o mundo, uma vez que, o que antes era visto como um manual de boas práticas, passa pela SOX a ter uma exigência legal no mercado norte-americano.

De seguida apresentaremos o Quadro 2 adaptado de Filho (2007) que nos permite visualizar o modo como esta lei se apresenta, assim como as principais matérias referidas.

Item	Título original	Principais Objectivos
Secção1	Short title, Table of contents	Sumário do conteúdo
Secção2	Definitions	Principais definições
Secção3	Commission rules and enforcement	Papéis e acções penais
Título I	Public company accounting oversight board	Possui 9 secções onde se trata da forma como as empresas de auditorias devem ser registadas
Título II	Auditor independence	Compreende 9 secções que estabelecem que os auditores devem ser independentes
Título III	Corporate responsibility	Constituído por 8 secções e o principal objectivo é atribuir as responsabilidades corporativas, em termos do comité de auditoria, da composição e condutas dos executivos e directores responsáveis
Título IV	Enhanced financial disclosures	Divide-se em 9 secções onde são estabelecidas regras para a publicação de resultados financeiros e sistema do controlo interno.

Título V	Analyst conflict of interest	Compreende apenas uma secção que estabelece regras para que não haja conflitos de interesses na actuação de analistas, correctores ou de administradores de fundos
Título VI	Commission resources and authority	Constituído por 4 secções que estabelecem regras de controlos e de autoridade
Título VII	Studies and reports	Constitui-se de 5 secções e autoriza a SEC a efectuar estudos em relação aos relatórios de auditoria, classificação de risco e violações profissionais
Título VIII	Corporate and criminal fraude accountability	Agrupa 7 secções onde se estabelece as regras e penalidades em casos de fraudes
Título IX	White-collar crime penalty enhancements	Divide-se em 6 secções onde se prevê penalidades para crimes do colarinho branco
Título X	Corporate Tax return	Apresenta uma única secção que estabelece que o principal executivo deve assinar o reembolso de imposto
Título XI	Corporate fraud and accountability	Divide-se em 7 secções onde se define a responsabilidade corporativa pela comunicação de informações financeira de resultados.

Quadro 2- Estrutura da Lei SOX, adaptado de Filho (2007)

Como podemos observar no Quadro 2 a lei é composta por 3 secções, a secção 1 apresenta o título resumido na secção 2 apresenta algumas definições utilizadas ao longo da lei para apoiar a sua compreensão, por fim a secção 3 prevê os regulamentos do comité e a sua aplicabilidade e é nesta secção que surgem os 11 títulos. Cada um destes títulos é constituído por um conjunto de secções, cujas matérias, e número, variam de título para título.

Seguidamente apresentaremos um resumo do conteúdo de cada título, cujas matérias consideramos serem as mais relevantes para a auditoria. Para a realização desta síntese apoiamo-nos na tradução da lei realizada pelo IPAI- Instituto Português de Auditoria Interna (2002). Nos títulos III e IV faremos uma análise mais detalhada das secções da lei SOX, que estão relacionadas com a auditoria interna (302 e 404) e que, por esta razão, são de maior interesse para o nosso trabalho.

Título I – Conselho superior das empresas de auditoria

Cria um conselho independente, registado pelo SEC, para supervisionar a auditoria. Este conselho deverá ser constituído por 5 membros, que devem evidenciar-se pela integridade e reputação de modo a garantir o interesse geral. Dois desses membros deverão ser ou terão sido revisores oficiais de contas.

Freitag et al (2008, pp.4), salienta que “entre as obrigações do conselho figuram: examinar os relatórios de auditorias, conduzir inspecções, verificar a ética, independência e outros padrões”.

Este título determina, ainda, que este conselho deve definir as normas de auditoria, certificação, controlo, qualidade, e normas éticas a serem utilizadas nos relatórios de auditoria. Por sua vez em situações onde sejam verificadas irregularidades por parte da empresa o conselho fica autorizado a promover acções disciplinares, e caso se justifique poderá impor eventuais sanções.

Título II – Independência do auditor

Prevê que uma empresa de auditoria não poderá prestar serviços considerados fora do âmbito da prática de auditoria.

E proíbe que uma empresa de auditoria forneça serviços de auditoria conduzidos por sócio responsável pela auditoria ou pela revisão da auditoria à mesma entidade por mais de 5 anos.

Segundo Freitag et al (2008) deste modo prevê-se a rotação, ou troca do responsável pela auditoria independente a cada cinco anos com vista a aumentar a independência dos auditores e reduzir possíveis conflitos de interesses.

Torna ilegal a empresas de auditoria fornecer serviços de auditoria para uma empresa onde o CEO (Chief Executive Officer) CFO (Chief Financial Officer), CAO (Chief Accounting Officer) ou controller tenha estado a serviço da empresa de auditoria ou participado numa auditoria naquela empresa até 1 ano antes do início da auditoria.

Título III – Responsabilidade das sociedades

Estabelece que as sociedades têm de dispor de um Comité de Auditoria, que deverá ser composto por membros independentes.

Este comité é responsável pela selecção, supervisão e avaliação dos trabalhos dos auditores (internos e externos), devendo supervisionar todos os processos de controlo interno e a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, de modo a poder garantir a eficiência do trabalho (Antunes, 2007).

A secção 302 é a mais importante deste título, e prevê o aumento das responsabilidades do responsável executivo (CEO) e do responsável financeiro (CFO) uma vez que, e como salienta Santos (2004), parte das crises que envolveram as companhias americanas ocorreram, principalmente, devido à inexistência de um controlo interno eficaz. Esta carência possibilitou que os relatórios financeiros fossem facilmente manipulados apresentando uma situação irreal, relatando falsos resultados. Esta situação transpôs uma realidade fantasiosa escondendo dos usuários da informação o verdadeiro estado da empresa.

Assim, e de modo a tentar desencorajar situações semelhantes, esta secção 302 que determinou que as empresas adoptassem um controlo interno mais rígido com o objectivo de garantir exactidão, confiabilidade e transparência na divulgação das informações financeiras e dos actos da administração.

Neste sentido, esta secção exige que o responsável executivo ou responsável financeiro certifiquem os relatórios anualmente ou trimestralmente, e neles devem certificar que:

- O gestor analisou o relatório e posteriormente subscreveu-o;
- O relatório não compreende qualquer declaração falsa ou uma omissão materialmente relevante;
- Deve assegurar que todas as demonstrações financeiras, e outra informação financeira incluída no relatório, apresentam todos os aspectos materiais de forma clara e com a máxima fiabilidade relatando questões reais;
- Os gestores são responsáveis pelo estabelecimento e eficácia dos controlos internos;

- Os gestores passam a ser responsáveis pela implementação e eficácia dos controlos internos de modo a que estes garantam a avaliação dos controlos internos 90 dias antes da emissão do relatório apresentando nesse mesmo relatório a sua apreciação acerca da eficácia dos controlos internos.

Os gestores deverão ainda, divulgar aos auditores e ao comité de auditoria:

- Todas as deficiências significativas na concepção ou operação dos controlos internos que poderiam adversamente afectar a “qualidade” da informação financeira;
- Quaisquer fragilidades materiais nos controlos internos e/ou quaisquer fraudes que devem ser identificadas perante os auditores internos da Emissora;
- Quaisquer fraudes que envolvam a gestão ou outros empregados que desempenhem uma parte activa nos controlos internos.

Por fim, é exigido que os gestores indiquem no relatório se existiram correcções ou modificações importantes nos controlos internos ou noutros factores que pudessem afectar significativamente os controlos internos.

Em jeito de conclusão, e como salienta o guia prático da lei SOX efectuado pela Ecora (2005), esta secção garante que os executivos sejam responsabilizados pela criação, avaliação e monitorização do controlo interno e, deste modo, o responsável executivo (Chief Executive Officer) e o responsável financeiro (Chief Financial Officer) passam a poder implementar, gerir e documentar o controlo interno.

A finalizar este título, assume-se como ilegal que uma pessoa da direcção exerça uma conduta imprópria com vista a influenciar fraudulentamente, coagir, manipular ou convencer o auditor a falsificar o conteúdo das demonstrações financeiras.

Determinando, que caso ocorra manipulação de demonstrações financeiras o responsável executivo e o responsável financeiro devem reembolsar à emissora os valores obtidos em bónus, compensações e quaisquer lucros com venda de títulos durante 12 meses. Prevendo, ainda, que um gestor ou administrador pode ser impedido de prestar serviços caso tenha violado as leis ou quando é nítida a incapacidade para exercer o cargo.

Título IV – Demonstrações financeiras aperfeiçoadas

Este título determina que cada relatório financeiro deve reflectir a informação materialmente relevante que deve ser registada, de acordo com as normas e os regulamentos da SEC.

Ficando estabelecido que a SEC deve avaliar cada relatório anual e trimestral e identificar transacções fora do comum.

A secção mais prestigiada desta lei é a secção 404, e esta estabelece que cada relatório anual deve incluir um relatório sobre controlo interno, que deverá:

- (1) Certificar a responsabilidade da gestão em estabelecer e manter uma estrutura adequada de controlos internos e de procedimentos com vista à emissão das demonstrações financeiras;
- (2) Conter uma avaliação, até data do termo do mais recente ano fiscal, da eficácia da estrutura e procedimentos dos controlos internos para a emissão dos relatórios financeiros

Relativamente à avaliação dos controlos internos exigida nesta secção, cada empresa de auditoria registada que prepare ou emita o relatório de auditoria para a Emissora atestará, e deverá divulgar, a avaliação feita pela gestão da Emissora. Tal confirmação deverá ser feita de acordo com as normas de certificação emitidas ou adoptadas.

Anand (2007) detalha um pouco mais esta secção, referindo-se aos relatórios associados ao cumprimento desta exigência

- Declaração de responsabilidade por estabelecer e manter controlos internos de modo a assegurar a fiabilidade da informação financeira – Assim, fica assegurado que o responsável executivo e o responsável financeiro irão assumir a responsabilidade e a culpa caso a informação financeira não respeite as normas.

Ao atribuir a responsabilidade aos executivos a SOX tenta assegurar que os que têm maior poder também têm maior responsabilidade.

- Relatório que avalie a estrutura dos controlos internos que deverão ser os mais eficientes possíveis - Esta informação deve ser a mais precisa possível uma vez que este documento vai explicar aos investidores e outros interessa-

dos os controlos aplicados na entidade. A ideia é criar um sistema o mais transparente possível de modo a fomentar a confiança dos investidores e restantes interessados.

- Relatório sobre os resultados da avaliação dos controlos internos de informação financeira para o ano fiscal mais recente - Para além de explicar a natureza do controlo interno este documento deve atestar que os controlos internos foram testados apresentando posteriormente os resultados dessa avaliação. Deste modo a entidade assegura que toma todas as medidas para assegurar a precisão da informação financeira.

Convém destacar que os testes aos controlos internos têm uma importância ainda maior quando pensamos na temática "tudo muda a todo o instante" e as empresas não são excepção visto que evoluem com muita rapidez, neste caso estes testes tornam-se ainda mais significativos possibilitando que o controlo interno acompanhe a evolução da empresa.

- Relatório onde são reveladas as deficiências significativas e as lacunas existentes no controlo interno e que podem originar informações não fidedignas - Através desta medida os fundadores da Lei SOX asseguram que os investidores têm uma visão completa do sistema de controlo interno e da sua eficiência. Em situações extremas pode dar-se a anulação do relatório que certifica que o controlo interno é eficaz e que as informações relatadas são precisas.

Por sua vez este título ainda salienta a importância da ética no relatório exigindo que estes façam referência à adopção ou não do código de ética pelos gestores ou pelo responsável pela contabilidade. A tentativa é a de atestar que os relatórios são completos, oportunos e que estão elaborados de acordo com as leis e os regulamentos e caso exista alguma alteração ou abandono do código de ética, tal deverá ser prontamente divulgado.

Ainda no âmbito da informação prestada nos relatórios determina que se divulgue se existe ou não o comité de auditoria, que no mínimo deverá ser constituído por um perito financeiro.

Por fim, requer-se uma análise dos relatórios realizados com vista a proteger os investidores, e estabelece-se que as informações relativas às operações financeiras devem ser actuais, rápidas e correntes, de modo a poder informar com a máxima eficácia.

Título VI – Recursos e autoridade da Comissão

Prevê, que a SEC autorize determinados financiamentos e recursos de modo a aperfeiçoar os esforços disciplinares e de investigação de certos auditores, com vista a reforçar os programas da SEC. Envolvendo a divulgação, prevenção, supressão da fraude, gestão do risco, análise à tecnologia industrial, conformidade, inspecções, exames, regulamentos do mercado e gestão do investimento.

2.3.- Efeitos da lei Sarbanes Oxley Act na auditoria interna

Como referido anteriormente, a lei SOX tem alterado profundamente o ambiente dos negócios para as empresas cotadas no mercado Norte - Americano. Esta lei teve repercussões nas mais diversas áreas da organização, provocando profundas alterações numa série de procedimentos e responsabilidades em quase todos os níveis da organização.

A auditoria interna terá sido uma das áreas mais afectadas pela implementação desta lei, isto porque quando as empresas iniciaram o processo de implementação da SOX as secções que causaram mais dificuldades de adaptação teriam sido as secções 302 e 404.

Como vimos, no ponto anterior estas secções estão intrinsecamente relacionadas com o controlo interno. Visto que os auditores internos têm bastante experiência na avaliação de controlo, gestão do risco e análise de processos do negócio, passaram a ser confrontados e requisitados pelas empresas, de modo a assegurar o cumprimento da lei SOX.

Assim, e independentemente das suas funções, parte do tempo dos auditores internos passou a ser ocupado a tentar satisfazer as exigências inerentes a esta lei.

De acordo com Gordon (2009), as empresas que correctamente e inteligentemente utilizaram a experiência dos auditores internos tiveram um sucesso sem precedentes, isto porque estes forneceram orientações valiosas em diversos aspectos da gestão de uma

empresa como a gestão de risco, a listagem dos objectivos prioritários, a racionalização de operações, as formas de cortar os custos operacionais, o apoio à empresa na obtenção de benefícios, etc.

Segundo Deloitte (2005) a evidência dada à auditoria interna levou a que os seus profissionais enfrentassem um aumento na carga de trabalho que nem sempre foi acompanhado por aumento de recursos, deste modo a tradicional tarefa da auditoria que recaí essencialmente na função de análise operacional dos sistemas, investigação de fraude e acompanhamento dos projecto da organização foi parcialmente abandonada em nome das necessidades mais pertinentes de conformidade com a referida regulação.

Os auditores internos consideraram que esta alteração da direcção da função foi importante mas não em detrimento de outras responsabilidades, assim, ultrapassado os primeiro embaraços causados pela implementação da lei tentaram distribuir mais racionalmente e ponderadamente as suas funções (Deloitte, 2005).

O IIA (2004 a) vem reforçar esta ideia ao referir que o papel dos auditores internos na organização perante o projecto SOX deve ser compatível com a função global da auditoria interna. Ou seja este projecto não deveria comprometer a objectividade e capacidade da auditoria interna para cobrir as principais áreas de risco da organização.

Os auditores internos são frequentemente pressionados a envolverem-se activamente na implementação da lei SOX porque a realização deste projecto está dentro do natural domínio de conhecimentos de auditoria interna (IIA, 2004 a).

Seguidamente apresentamos as actividades da lei SOX, consideradas pela Deloitte (2005), apropriadas para a auditoria interna:

- Consulta das matérias de controlo interno
- Consulta das matérias de controlo interno relacionadas com a gestão de risco da empresa
- Apoio à organização na identificação, avaliação, implementação do risco e nas metodologias da avaliação do seu controlo.
- Recomendação do controlo relacionado com os riscos.
- Contribuir para a criação de sistemas de controlo interno
- Elaboração de procedimentos para os sistemas de controlo interno

- Contribuir para a manutenção do repositório dos controlos
- Condução dos testes de eficácia em nome da gestão
- Auxiliar a gestão na concepção dos testes de eficiência aos controlos
- Assumir o papel de chefe de projecto do todo ou parte dos esforços relacionados com a conformidade com a secção 404
- Fornecer preparação e/ou informações sobre a identificação e avaliação do controlo interno, avaliação de riscos, e teste ao projecto de desenvolvimento
- Fornecer informações, treino e/ou facilitar a auto-avaliação do controlo

Por sua vez, e em contrapartida, a Deloitte (2005) refere-se às actividades da SOX que foram consideradas inapropriadas para uma função objectiva da auditoria interna

- Concluir sobre a eficácia dos controlos internos em nome da gestão
- Fazer ou orientar as decisões de gestão fundamentais sobre controlos internos, actividades de reabilitação, e lei SOX
- Instalar sistemas de controlo interno
- Executar actividades de controlo.

Todos estes processos utilizados pela auditoria interna devem ser concebidos para fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais da organização, salvaguardar os activos, e incentivar cumprimento das leis, regulamentos, e contratos (IIA, 2004 a).

Segundo a Deloitte (2005) a auditoria interna deve continuar a apoiar e assegurar a conformidade com as secções 302 e 404 da referida lei sem esquecer as suas responsabilidades, ou seja, os papéis tradicionais devem ser conciliados com as suas novas funções e responsabilidades.

Esta adaptabilidade e flexibilidade exigida à auditoria interna destacam-se como as principais características do seu sucesso. Provavelmente nunca existirá, uma descrição da estrutura ideal do departamento, mas a função de auditoria interna otimizada irá adequar as suas actividades para áreas de maior risco e oportunidades de modo a recolher informações com maior valor. Se tal acontecer as empresas vão colher os benefícios do cumprimento sustentável e reforço da competitividade (Deloitte, 2005).

O trabalho realizado pelos auditores internos ao longo da implementação da lei SOX foi de tal ordem vantajosa para as empresas, que a Bolsa de Nova York (NYSE) passou a obrigar todas as empresas a possuir um departamento de auditoria interna.

Assim, e decorrido algum tempo da criação da lei SOX, todas as empresas listadas no NYSE ficaram sujeitas a criar um departamento de auditoria interna até à data de 31 de Outubro de 2004. A ideia principal foi que todas as empresas pudessem manter uma função de auditoria interna para fornecer à gestão e à comissão de auditoria uma avaliação contínua dos processos de gestão de risco e sistema de controlo interno da empresa (Harrington, 2004).

3.- A auditoria interna e o seu papel na empresa

As “transacções” que ocorrem dentro das entidades têm vindo a sofrer fortes evoluções, tornando-se cada vez mais complexas. O próprio conceito de auditoria tem acompanhado esta evolução.

No ponto anterior referimo-nos à auditoria interna mas, antes de nos debruçarmos exclusivamente sobre este conceito, surge a questão, “o que se entende por auditoria?” Existem diferentes definições, muito embora todas elas sigam uma linha comum. Deste modo destacamos a definição dada por Teixeira (2006, pp.5) que sintetiza bem as ideias básicas, ao definir que a “auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objectivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizada com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada”.

Por sua vez, a auditoria interna e a auditoria externa, são tipos de auditoria que contribuem para assegurar a qualidade da informação financeira. Costa (2008), refere que as semelhanças chegam mesmo às técnicas usadas na realização do trabalho. De modo muito idêntico tanto os auditores internos como externos planeiam, programam e calendarizam os seus trabalhos, realizam os seus testes recorrem ao uso de papéis de trabalho, checklists, e questionários. Morais e Martins (2003) exploram um pouco mais a essência desta questão referindo que ambas as auditorias se apoiam no controlo interno para realizar o seu exame e em casos onde sejam identificados erros ou deficiências formulam, sugestões e correcções de melhoria. Apreciações estas que normalmente são expressas num relatório.

Podemos dizer que ambas as auditorias definem a extensão do trabalho baseando-se nas suas observações e na eficiência dos sistemas contabilísticos e de controlo interno existentes (Lisboa, 2009).

As grandes diferenças, surgem “quanto aos objectivos e destinatários dos trabalhos, ao âmbito das acções, à metodologia seguida, à ênfase posta nas suas apreciações, ao

timing e à frequência com que ambas realizam trabalhos de auditoria numa mesma organização e até mesmo quanto a alguns conceitos em que assentam” Teixeira (2006, pp.16).

Posto isto, fica claro que ambos os tipos de auditoria foram influenciados pela lei SOX e outros regulamentos e leis que, com objectivos semelhantes foram surgindo em diferentes pontos do universo. No entanto neste trabalho centrarmo-nos nos efeitos para a auditoria interna.

3.1.- Auditoria Interna: evolução do conceito

A auditoria interna surge muito antes dos, já aqui referidos, acontecimentos fraudulentos, aliás a ascensão da profissão de auditoria interna é provocada pela criação, em 1994, da organização mundial de auditores internos denominada por Institute of Internal Auditors (IIA).

Seguidamente, apresentamos duas definições desenvolvidas pelo IIA. A distância temporal entre estas duas definições não é muito grande mas como poderemos observar as variações entre elas são bastante evidentes e não são certamente alheias às exigências da lei SOX e outras exigências que os desenvolvimentos normativos tiveram em resposta aos diferentes escândalos que assombraram a confiança dos mercados em diferentes pontos do globo.

Assim, e segundo Teixeira (2006), em 1999 o IIA define a auditoria interna como sendo;

Uma função de avaliação independente, estabelecida numa organização para examinar e avaliar as suas actividades, como um serviço à própria organização. O objectivo da auditoria interna é auxiliar os membros da organização no cumprimento eficaz das suas responsabilidades. Com este fim, a auditoria interna fornece-lhes análises, avaliações, recomendações, conselhos e informações respeitantes às actividades objecto de revisão. O objectivo da auditoria interna inclui a promoção de um controlo eficaz a custos razoáveis

Em 2004 o IIA apresenta uma nova definição, considerando a auditoria interna como sendo:

Uma actividade independente de avaliação objectiva e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização na consecução dos seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia dos processos da gestão de risco, do controlo e governação (IIA, 2004 a).

Como vimos, a definição clássica e que ainda hoje pode perpetuar em algumas “mentes” menos “atentas” é a de que a auditoria interna se preocupa, essencialmente, com o bom funcionamento do controlo interno de modo a que eventuais erros possam ser detectados mas a resolução de outros erros que não relacionados com o controlo interno já não seria da responsabilidade do auditor.

Segundo Teixeira (2006) as necessidades da organização não são estáticas e vão-se alterando ao longo dos tempos, neste sentido a auditoria tem como objectivo um ajuste do seu papel de modo a satisfazer as novas solicitações que podem surgir de uma organização em constante transformação.

Graças à evolução a auditoria interna começou a reconhecer riscos e eventuais perdas de oportunidade passando a desenvolver conselhos de modo a que a organização possa atingir os objectivos definidos

A mais recente definição defende que a auditoria interna ajuda a gestão no desempenho eficaz das suas funções de modo a acrescentar valor à organização. Por sua vez apoia a avaliação e, caso necessário, melhora a eficiência do processo de gestão de risco, controlo ou governo das sociedades.

Para Pinheiro (2005, pp.4) a “auditoria interna visa, essencialmente, apoiar a gestão de topo e os gestores operacionais, a identificar os riscos negativos das actividades / sub-processos e contribuir, necessariamente, com propostas de acções correctivas, numa lógica de criação de valor cliente e valor accionista. Outro aspecto primordial é a sustentação da realização de acções de auditoria, enquadrada em plano de acções baseado numa matriz de risco, num código de conduta e num cumprimento das Normas Profissionais estabelecidas pelo IIA”.

De seguida apresentamos no Quadro3 uma síntese da evolução dos principais elementos e pontos de focalização da auditoria interna, com o intuito de melhor compreender os desenvolvimentos ocorridos dentro desta temática.

	Tradicionalmente	Actualmente
Enfoque da auditoria interna	Controlo Interno.	Risco de negócio.
Resposta da auditoria interna	Reactiva, após os factos, descontínua, observadora das iniciativas de planeamento estratégico.	Proactiva, tempo real, monitorização contínua, participante nos planos estratégicos.
Avaliação de risco	Factores de risco.	Planeamento de cenários
Testes de auditoria interna	Controlos importantes	Riscos importantes.
Métodos de auditoria interna	Ênfase em testes de controlo detalhados e completos.	Ênfase na importância e abrangência dos riscos de negócios cobertos.
Recomendações da auditoria interna	Controlo interno: - Reforço -Custo benefício -Eficiência /Eficácia	Gestão de Risco - Evitar/ Diversificar o risco - Partilhar/ transferir o risco - Controlar/aceitar o risco
Relatórios de auditoria interna	Dirigidos aos controlos funcionais.	Dirigidos aos riscos dos processos
Papel de auditoria interna	Função de avaliação independente	Integra a gestão de risco e a governação.

Quadro 3- Evolução da auditoria interna, adaptado de Costa (2008) reproduzindo McNamee e

Selim

Posto isto, podemos verificar que inicialmente a auditoria interna focalizava-se essencialmente numa monitorização descontínua do controlo interno e só actuaria perante factos ocorridos. Por sua vez a nova abordagem amplia o horizonte da auditoria interna, uma vez que, para além de identificar e testar somente os controlos internos, a auditoria interna passará a identificar e testar o modo de mitigar os riscos. Neste novo paradigma, a auditoria interna passará a ter uma resposta proactiva e a monitorização feita aos riscos, controlo interno e planos estratégicos será um processo contínuo.

3.2.- Auditoria interna na organização

São grandes os contributos da auditoria interna para a organização. Pinheiro (2008 a) realça que, o auditor interno, normalmente pertence aos quadros da organização e faz parte das suas funções avaliar os sistemas de controlo interno e os procedimentos e caso necessário eliminará as tarefas de trabalho inúteis promovendo as que acrescentam valor e que ajudam a empresa a alcançar os objectivos definidos. Caso durante o seu trabalho sejam detectados alguns erros vai promover as devidas recomendações apoiando-se na lógica de custo/benéfico. Para além de sugerir recomendações, auxilia a empresa na identificação de oportunidades de melhoria e de crescimento dos lucros. Ao longo do seu trabalho estabelece o seu plano de actuação face a uma modelo de riscos identificados.

Já Teixeira (2006) refere-se ao auditor interno como sendo um “sócio estratégico da gestão” uma vez que, e um pouco na sequência do que aqui já foi relatado, para a autora o auditor interno tem o papel de assessor e consultor na identificação dos riscos e deve propor estratégias que permitam à organização melhorar o seu desempenho dentro do sector económico.

Assim, as organizações que possuam auditoria interna podem ter um factor competitivo de grande importância, uma vez que “um departamento de auditoria interna, competente e actuante, pode, atempadamente, evitar a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante” (Barreiro, 2007, pp. 27).

Mas, e de modo a que o auditor consiga apoiar o sucesso da organização, este deverá ter um conhecimento que não se restrinja somente às “actividades auditáveis”, devendo ter uma noção de toda a envolvente do negócio, só assim, poderá actuar num âmbito muito mais amplo. Miller (2008) salienta, que esse conhecimento permite que os planos de auditoria sejam focalizados para outros aspectos e alargados de acordo com as necessidades. O que permitirá uma auditoria mais apropriada.

O auditor deve estar a par das estratégias de negócio no desenvolvimento da organização e conferir, constantemente, os planos de auditoria para que reflectam as condições actuais. Isto significa que, o auditor interno deverá manter-se actualizado relativamente a todas as normas e regulamentos que possam ter impacto dentro da organização.

Barreiro (2007) tem um ponto de vista muito interessante, segundo o presidente do IPAI a auditoria interna dentro da empresa é bastante discreta uma vez que só se dá conta que existe quando surgem situações problemáticas. O autor defende que a função da auditoria não deverá ser só para socorrer, ou melhor, de “salvação do naufrago”. Embora seja o que acontece na maior parte das vezes o ideal seria que o auditor fosse visto como um guia de modo a evitar situações limite, ajudando a organização a contornar todas as suas dificuldades, isto é, que actuasse muito mais por antecipação do que como resposta a situações menos favoráveis.

Para Miller (2008) o sucesso da organização, traduz-se no sucesso de toda a função de auditoria interna e de cada profissional em particular. Se cada auditor der um passo em frente para garantir o reconhecimento, o valor e a confiança na auditoria interna, esta alcançada.

Uma forma de a confiança na auditoria interna ser alcançada é constatar que esta trás valor à organização. Para Moraes (2003) a auditoria interna trás valor à organização porque possui características que apoiam e abrem caminho para que o modelo governo das sociedades seja aplicado pela organização com sucesso. Isto porque:

- Actua em áreas críticas da organização, promovendo a redução dos riscos de gestão;
- Fortalece o sistema de controlo interno por meio de uma eficiente supervisão;
- Recomenda decisões que podem vir a solucionar falhas nos processos, e melhorar o desempenho das organizações;
- Tenta defender credibilidade e transparência no processo de prestação de contas e confiança nas informações fornecidas;
- Provoca maior envolvimento e responsabilidade do órgão de gestão, órgão de fiscalização e Comité de Auditoria, frente às recomendações mencionadas nos seus pareceres e relatórios.

3.3.- Auditoria interna e controlo interno

Tem crescido a atenção dada ao controlo interno isto porque um bom controlo interno pode dar valor à organização. Segundo Russo (2004) a importância dada ao controlo interno tem aumentado graças à globalização dos mercados e ao aumento da concorrência entre empresas, obrigando-as a melhorar e aperfeiçoar os processos de gestão dos seus negócios, de forma a poderem sobreviver em mercados cada vez mais exigentes, aliás uma das ferramentas que as empresas devem utilizar para controlar e gerir melhor as suas actividades e os seus activos é precisamente, o controlo interno.

Podemos arriscar a dizer que seria impossível gerir eficazmente uma empresa sem um eficaz controlo interno.

Temos estado a falar no controlo interno, mas, o que se entende por controlo interno? Em que áreas actua e quais as suas funções? Podemos começar por referir que a sua definição não gera consenso, surgindo diferentes conceitos.

Pires (2008) realça exactamente o facto da definição de controlo interno não ser pacífica uma vez que este conceito significa coisas diferentes para pessoas diferentes, o que acaba por provocar confusão entre, legisladores, reguladores e pessoas do meio empresarial. Ora, tal situação pode causar problemas dentro de uma empresa, principalmente quando o conceito não se encontra claramente definido ou escrito em lei, regulamento ou regra.

Neste contexto surgem vários autores e organizações empenhados em explicar este conceito divulgando normas e orientações direccionadas ao controlo interno.

As descrições produzidas não se distanciam assim tanto umas das outras, isto porque em sentido amplo todas relacionam o controlo interno com a missão da organização e a sua relação estreita com as pessoas na organização. Assim, e como DiNapoli (2007) refere, é essencial que uma organização tenha uma missão clara e que seja facilmente compreendida por todos. Sendo também importante compreender que a existência de um bom controlo interno irá fornecer uma garantia razoável de que as metas e objectivos vão ser cumpridos. Em casos onde o controlo interno é pouco eficaz surge uma menor propensão para que estas metas e estes objectivos sejam alcançados.

DiNapoli (2007) descreve, ainda, que o controlo interno caracteriza-se pela integração das actividades, planos, atitudes, políticas, e os esforços dos trabalhadores de uma organização que trabalham em conjunto de modo a fornecer uma garantia razoável de que a organização irá atingir os seus objectivos.

O mesmo autor defende que o controlo interno afecta todos os aspectos de uma organização, e que deve ser visto como um aspecto básico da organização, uma vez que apoia a organização ao longo da sua missão aumentando a probabilidade desta alcançar os seus objectivos.

Por norma, uma boa gestão está associada a um bom controlo interno, mas o seu sucesso depende da atenção que as pessoas dão ao seu funcionamento. Deste modo só será eficaz quando todas as pessoas e o seu ambiente circundante trabalharem em conjunto.

Segundo Attie (1998, pp.110) o American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) define que “o controlo interno compreende o plano da organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adoptados pela empresa, para proteger o seu património, verificar a exactidão e a fidedignidade dos seus dados contabilísticos, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão á política traçada pela administração”.

De acordo com Costa (2008, pp.6) o Institute of Internal Auditors (IIA) em 2007 refere que “o controlo interno pode ser definido como qualquer acção empreendida pela gestão e outros membros da entidade, para aperfeiçoar a gestão do risco e melhorar a possibilidade de alcance dos seus objectivos e metas”.

Como vimos várias são as definições mas o que se destaca é que na realidade na última década, as organizações têm investido fortemente na melhoria da qualidade dos seus sistemas de controlo interno, segundo COSO (2009), esta situação está relacionado com o facto:

- (1) De um bom controlo interno ser um bom investimento para a organização uma vez que ajuda a assegurar que os objectivos operacionais, financeiros e de conformidade serão satisfeitos;

(2) De muitas empresas terem passado a ser obrigadas a informar sobre a qualidade dos controlos internos sobre relatórios financeiros, como aconteceu como as empresas que estão sujeitas a lei SOX.

Contudo, um sistema eficaz de controlo interno não é, por si só, uma garantia de que a organização será bem sucedida. O controlo interno não pode dar garantia absoluta à administração quanto à realização dos seus objectivos, isto porque, existem limitações inerentes a todos os sistemas de controlo interno, havendo sempre a possibilidade de existir uma avaria na estrutura de controlo interno, a ocorrência de um simples erro ou engano o que pode levar a que sejam tomadas decisões dissimuladas, por outro lado podem também ocorrer situações de contorno aos controlos por conivência ou por substituição de gestão, deste modo o sistema de controlo interno só poderá fornecer garantias razoáveis. Na realidade uma estrutura de controlo interno eficaz mantém as pessoas certas informadas sobre o progresso da organização (ou a falta de progresso) na realização dos seus objectivos, embora não possa garantir, por si só, o sucesso e a sobrevivência da organização (AICPA, 2005).

Assim, e em jeito de sumário, podemos apresentar um conceito que resume uma linha de pensamento comum a todas as definições aqui apresentadas. Deste modo, Teixeira (2006, pp.48) define que o “controlo interno deve fazer parte das actividades normais de uma empresa, tendo por função acompanhar o funcionamento global e recomendar, devido ao seu carácter detectivo, preventivo ou correctivo, as acções a empreender para garantir um elevado nível de desempenho e os resultados que correspondam aos objectivos inicialmente formulados”.

Intrinsecamente relacionado com o controlo interno surge a equipa de auditoria interna, que reportando-se muitas vezes directamente à comissão de auditoria do conselho de administração e/ou aos níveis mais altos de gestão, desempenha um papel importante na monitorização do sistema de controlo interno e ao proceder à sua avaliação contribui para a eficácia contínua do sistema de controlo interno (AICPA, 2005).

3.3.1. COSO

Como vimos, muitas são as definições para o controlo interno mas há uma publicação que se tornou uma referência desde o seu lançamento em 1992, falamos do relatório do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO tornou-se um modelo de controlo para a maioria das organizações. Segundo Flaherty e Maki em COSO (2004) esta estrutura pretende apoiar as entidades através da avaliação e aperfeiçoamento dos seus sistemas de controlo interno; inúmeras empresas já a terão adoptado, tentando assim alcançar os seus objectivos.

Como podemos verificar em COSO (1992). Este organismo define o controlo interno como um processo, realizado pelo conselho de administração, gestão e outro pessoal da entidade, com o intuito de fornecer uma garantia razoável sobre a obtenção dos objectivos definidos nas seguintes categorias:

- Eficácia e eficiência dos controlos utilizados nas operações da entidade
- Fiabilidade da informação financeira publicada
- Conformidade com as leis e regulamentos aplicados

O COSO (1992) identifica cinco componentes de controlo, que oferecem uma estrutura eficaz para descrever e analisar o Sistema de Controlo Interno implementado numa organização e que precisam de estar integrados para assegurar a realização dos objectivos, são eles:

- Ambiente de Controlo – constitui a estrutura dos outros componentes, incluindo factores como integridade, ética, competência, autoridade e responsabilidade. Será a base para todos os outros componentes.
- Avaliação de Risco – envolve a identificação e análise dos riscos relevantes, associados à obtenção dos objectivos definidos pela organização, e suporta a determinação das actividades de controlo
- Actividades de Controlo – são as políticas e procedimentos que asseguram o cumprimento dos objectivos e identificação dos riscos relacionados.
- Informação e Comunicação - As informações relevantes devem ser identificadas e comunicadas oportunamente.

- Monitorização – Os sistemas de controlos interno devem ser, periodicamente monitorizados. Deste modo, as actividades da auditoria interna devem avaliar ao longo do tempo o desempenho do sistema de controlo, os questionários de auto-avaliação e a constante adaptação do sistema à realidade.

Segundo o COSO (1992) estes componentes estão interligados e derivam da forma como o negócio é gerido e da sua integração no processo de gestão. Graças ao seu dinamismo estes componentes podem ser aplicados nas mais diversas entidades.

3.4.- Auditoria interna e gestão de risco

As pressões para que se compreendam melhor os riscos e o modo como estes podem afectar a organização são cada vez mais frequentes, isto porque e como refere Teixeira (2006) ambientes instáveis e competitivos com tecnologias extremamente sofisticadas e com ciclos de vida cada vez mais breves, têm feito crescer o risco nas organizações. Deste modo o risco torna-se cada vez mais transversal a toda a organização, estando presente em todas as funções e nas mais diversas áreas (tais como as áreas do controlo interno e do governo das sociedade).

Neste sentido, surge a necessidade de a organização possuir uma equipa específica de gestão de risco com mecanismos fiáveis que possam identificar, analisar, medir e monitorizar os riscos.

Segundo Castanheira e Rodrigues (2006) a visão tradicional do risco, tem vindo a sofrer alterações e a ganhar novas formas, começa-se a dar cada vez maior importância ao conceito de gestão de risco. Assim, a abordagem tradicional do risco, que assentava numa gestão informal e descentralizada, onde cada área da organização gere os seus próprios riscos torna-se cada vez menos frequente.

A par desta abordagem, surge a abordagem integrada, dando lugar a uma gestão focalizada e centralizada, que nos dá uma visão total dos distintos riscos e correlações a longo prazo. Esta perspectiva tem em vista a realização de um processo consistente, que considere todos os factos que possam prejudicar adversamente a empresa. Desde modo, esta nova abordagem, pretende ser um processo organizado, sólido e contínuo, que per-

mite relacionar os vários riscos da empresa, ou seja, resumir o risco total da organização num só, e construir a partir desse uma única estratégia (Castanheira e Rodrigues, 2006).

3.4.1.- COSO – ERM

Embora existam outras abordagens, quando falamos em gestão do risco por norma referimo-nos ao Enterprise Risk Management Framework emitido pelo COSO que sem dúvida é o mais carismático.

Este modelo, inspira-se no quadro de controlo interno apresentado no ponto 3.3.1, no entanto adopta uma perspectiva mais vasta e é gerado a partir da ideia de risco em vez da de controlo interno. Neste sentido, desenvolve de forma sistemática todos os aspectos relevantes para uma gestão de risco (Pereira, 2007).

O COSO ERM é uma estrutura que pretende ajudar as organizações a perceber o que é o risco, e de que modo é que ele está presente na empresa. Na perspectiva do COSO, o risco é observado sob o ponto de vista empresarial, tendo em conta as pessoas em todos os níveis da organização.

Esta nova abordagem da gestão de risco, não muda a maneira como olhamos para as técnicas de avaliação dos riscos individuais, mas sim, como olhamos para a “imagem” do risco numa perspectiva empresarial.

O modelo ERM é um guia prático de fácil aplicação e é desenhado de modo a identificar determinados acontecimentos que podem vir a afectar a organização. Destina-se a identificar, avaliar e gerir o risco, de modo a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objectivos da organização (COSO, 2004).

Segundo o COSO (2004) Toda a estrutura de gestão de risco é conduzida com o fim de alcançar os objectivos de uma organização que são, concretamente, classificados em quatro categorias (os objectivos estratégicos, operacionais, relato e conformidade).

Por sua vez, existe uma relação directa entre os objectivos, que as organizações tentam alcançar, e os componentes de gestão de risco, que representam os meios para atingir os mesmos objectivos. Neste sentido o COSO reconhece oito componentes que, relacionados entre si, permitem um processo de gestão de risco eficaz, e que são o ambiente interno; fixação de objectivos; identificação de eventos; avaliação do risco;

mitigação dos riscos; actividades de controlo; informação e comunicação e, por fim, o acompanhamento. A associação destes componentes permitem compreender se a gestão do risco é eficaz (COSO, 2004).

Segundo Castanheira (2007, pp.20) o processo de gestão de risco empresarial “ inicia-se com a identificação e priorização numa base consistente de todos os riscos enfrentados pela organização. Numa segunda fase, segue-se a avaliação e mitigação dos principais riscos, sendo que os mesmos devem ser priorizados atendendo à sua probabilidade, ao valor actual do seu impacto e à qualidade dos controlos já implementados. Por último, o passo final no processo de ERM é a monitorização contínua dos riscos, quer sejam novos ou quer sejam os já previamente identificados nas fases do processo de ERM”.

Segundo a Deloitte (2005) do ponto de vista dos auditores internos o COSO-ERM pode ser uma adequada ajuda para a gestão do risco. E embora este não seja exclusivamente dirigido para a profissão de auditor interno, pode fornecer um plano claro para quem procuram uma eficaz gestão de risco.

O IIA chegou a realizar a análise pormenorizadamente a esta publicação e considerou a sua aplicação de tal ordem viável que considerou-a um guia (IIA, 2004 b).

Segundo o IIA (2004 b) o ERM pode contribuir e ajudar a organização a gerir os riscos de modo a atingir os objectivos. Os seus benefícios incluem;

- Maior probabilidade de atingir esses objectivos;
- Relatórios consolidados sobre os diferentes riscos;
- Melhor compreensão dos principais riscos e das suas implicações;
- Identificação e partilha de riscos do negócio;
- Maior foco da gestão sobre as questões que realmente importam;
- Menos surpresas ou crises;
- Maior foco e concentração em fazer as coisas certas da maneira certa;
- Aumenta a probabilidade de as novas iniciativas serem alcançadas;
- Capacidade de assumir um maior risco para obter uma maior recompensa;
- Maior informação sobre os riscos e a tomada de decisão.

3.4.2.- Papel da auditoria interna na gestão de risco

Como refere Castanheira (2007) nos tempos que correm, recorre-se com bastante frequência ao envolvimento dos auditores internos no processo de gestão de risco, assumindo um papel de parceria de negócio, em vez de uma atitude de fiscalização.

Um dos requisitos do conselho de Administração e seus equivalentes é de obter a garantia de que os processos de gestão de risco estão a funcionar eficazmente e que os principais riscos são geridos para um nível aceitável. A garantia fundamental é dada pela gestão que é complementada por outras fontes. Neste sentido a auditoria interna também poderá ser vista como uma fonte de garantia, podendo fornecer garantias em três áreas, (IIA, 2004 b):

- Processos de gestão de risco, tanto no que respeita à sua concepção como ao seu desempenho;
- Gestão dos riscos classificados como "chave", incluindo a efectividade dos controlos;
- Confiança na adequação da avaliação, comunicação, e estatuto dos riscos.

Ou seja, é cada vez mais visível o interesse dos auditores internos pela gestão do risco, aliás, e como aqui já foi referido, se analisarmos a definição que o IIA desenvolveu no ano de 2004, esta descreve claramente que “a actividade de auditoria interna deverá avaliar e contribuir para melhorar a gestão de risco, controlo e governo”.

Assim, o papel da auditoria interna no processo de gestão de risco é um dos assuntos que actualmente tem sido bastante discutido. De acordo com o IIA (2004 a), o principal papel da auditoria interna no processo de gestão de risco é fornecer segurança objectiva acerca da eficácia das actividades de gestão de risco das organizações, contribuir para assegurar que os principais riscos do negócio estão a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controlo interno estão a funcionar eficazmente.

A auditoria interna pode contribuir de forma muito significativa para reduzir os riscos associados ao exercício da actividade das organizações, adoptando uma atitude proactiva na análise do risco e contribuindo com propostas de acções correctivas que permitam minimizar a exposição ao risco. Consequentemente, a auditoria interna deve ser encarada como um componente do negócio e por integração no mesmo negócio,

permite aos responsáveis agir com mais segurança e controlar com mais conhecimento (Matyjewicz e D'Arcangelo, 2004).

Segundo Rick (2008), os auditores internos poderão contribuir de modo eficaz na implementação do ERM, dada a experiência adquirida na avaliação do risco, conjuntamente com a orientação do processo, objectividade, disciplina e técnicas de gerir projectos. O âmbito do trabalho de auditoria interna cobre toda a organização. Esta perspectiva geral da organização, conjuntamente com a experiência da avaliação do risco, coloca a auditoria interna numa situação ímpar de poder acrescentar valor numa perspectiva ERM.

Matyjewicz e D'Arcangelo (2004) referem que a auditoria interna pode alargar a sua participação no ERM, desde que certas condições se apliquem:

- A gestão seja a responsável pela gestão de risco;
- Documentar a natureza das responsabilidades de auditoria interna e aprovado pela comissão de auditoria;
- A auditoria interna não deve gerir todos os riscos em nome da gestão;
- Auditores internos devem prestar aconselhamento;
- A auditoria interna não deve dar “garantias” objectivas em qualquer parte do quadro ERM pelo qual é responsável. Caso seja necessário, tais garantias deverão ser fornecidas por outras partes devidamente qualificadas;
- Para além de dar “garantia” das actividades, deve prestar serviços de consultadoria onde as normas relacionadas com esta situação deverão ser seguidas. De modo a assegurar a independência e objectividade.

No entanto auditoria interna não deve desempenhar as seguintes funções (IIA, 2004 b):

- Definir o risco appetite;
- Impor processos de gestão de risco;
- Garantir a gestão sobre os riscos;
- Tomar decisões sobre as respostas de risco;
- Implementar respostas de risco em nome da administração;
- Responsabilizar-se pela gestão de risco.

Neste sentido, as organizações que pretendem obter garantias de que os processos de gestão de risco estão a funcionar correctamente deverão recorrer à gestão que poderá fornecer o primeiro nível de fiabilidade ao garantir que o processo de gestão de risco funciona eficazmente e que os riscos estão num nível aceitável. Um pouco na sequência do que aqui já foi dito esta missão poderá ser complementada com a ajuda da auditoria interna que poderá fornecer determinadas orientações nas mais diversas áreas (Matyjewicz e D'Arcangelo, 2004).

Deste modo, a auditoria interna pode ser encarada como o órgão que avalia a actuação da gestão de risco, que acompanha a actuação da gestão de risco.

Contudo, é importante referir que os auditores internos não devem ser responsáveis pela gestão do risco, devem apenas, contribuir na tarefa de conseguir uma boa gestão de risco.

Uma vez que a auditoria interna faz parte da estrutura organizacional, torna-se de extrema importância para a gestão da empresa a sua análise crítica sobre os sistemas de controlo e de gestão de risco.

Segundo Matyjewicz e D'Arcangelo (2004), a auditoria interna poderá, funcionar como uma centro de investigação visto que pode oferecer orientação, disponibilizar recomendações que considerem o risco, coordenar os esforços de gestão de risco em toda a organização, prestar garantias sobre o estado da gestão de risco e elaborar normas adequadas e instrumentos práticos.

Em termos de conclusão, podemos referir que embora a participação em actividades de gestão de risco seja um papel desejável para a auditoria interna, devem ser tomados cuidados para manter a independência e objectividade. Assim, o conselho de administração e a equipa de gestão deve manter a total responsabilidade pela gestão do risco e a auditoria interna deve esforçar-se diligentemente para se limitar a um papel consultivo (Deloitte, 2005).

3.5- A auditoria interna, controlo interno, gestão de riscos e governo das sociedades

Na sequência das numerosas falências, já referidos no ponto 2.1, e para evitar que o modo como as entidades são geridas afecte a confiança no mercado e o próprio desempenho das entidades, os reguladores e os supervisores do mercado de capitais, nos Estados Unidos e na União Europeia, estabeleceram novos requisitos sobre o governo das sociedades, controlo interno e responsabilidade da auditoria interna, onde a gestão do risco desempenha um papel primordial (Pereira, 2007).

Como vimos anteriormente a maioria destes escândalos estiveram relacionados, com graves falhas do sistema de controlo interno o que levou a que os códigos de governo das sociedades passassem a ter exigências muito mais restritas em relação a esta temática, mas a grande viragem surge com a lei SOX que rescreveu literalmente as regras do governo societário, privilegiando o papel crítico do controlo interno.

Segundo Sousa (2007, pp.3) “a lei SOX, em especial a secção 404 que tem como principal aspecto positivo o reforço do controlo interno das empresas cotadas, teve talvez uma interpretação demasiado extensiva ao incrementar o foco na verificação da evidência dos controlos que garantem a correcção dos registos financeiros, tendo como consequência directa um incremento do trabalho e do papel da Auditoria Interna. Num primeiro momento, para analisar e aperfeiçoar os sistemas de controlo e, seguidamente, verificar a evidência da realização dos controlos instituídos de uma forma continuada”.

Para atingir os objectivos previstos pela lei SOX, muitas companhias constroem a estrutura de controlos internos segundo as recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO. E embora existam outras estruturas de controlos internos, em todos os códigos de governo das sociedades é feita referência, directa ou indirecta, ao modelo do COSO como uma boa prática para controlo interno levando a que hoje este instrumento seja considerado como um modelo padrão global para o controlo interno e posteriormente para o risco. Segundo Pereira (2007) este projecto tem tido uma aceitação geral por parte das empresas, auditores e reguladores.

A lei SOX para além de sensibilizar para a importância das organizações apresentam uma estrutura eficaz de controlo interno levou a que muitos directores e executivos passassem a olhar para todos os riscos existentes com vista a atenuá-los.

A partir desta consciencialização e graças à complexidade das transacções comerciais, os avanços tecnológicos, a globalização, a velocidade dos ciclos de produtos, foi-se assistindo a um aumento da percepção e desenvolvimento generalizado do risco passando a ser visto como o processo contínuo de aperfeiçoamento dos controlos internos e como um aspecto complementar da governação corporativa (COSO, 2009).

“A preocupação pela consideração e gestão dos riscos foi alargada a todo o espectro dos riscos que afectavam a sociedade, desde os que têm directamente a ver com a actividade corrente e a realização das suas operações (como os riscos financeiros e os riscos operacionais) até aos riscos estratégicos e de reputação. Sendo também possível verificar que a preocupação dos interessados passou a abranger, para além do sistema de controlo interno em si, o próprio sistema de governo ou governação da sociedade” (Pereira, 2007, pp.14).

Ou seja, e segundo Pereira (2007), foi-se encontrando uma visão diferente onde o plano, a análise e a execução dos sistemas internos passam a ser elaborados a partir da percepção de gestão do risco, o que permite ter um vasto leque de possibilidades, uma vez que considera as oportunidades que estão associadas ao risco e a existência de uma gestão mais abrangente em relação ao risco.

Como já vimos anteriormente, intrinsecamente relacionados e marcada pela adopção da lei SOX, pelos processos de gestão de risco e processos de controlo interno, surge a função de auditoria interna que passou a ser explicitamente recomendada ao ponto de esta ser vista como componente chave das boas práticas de uma boa governação corporativa.

Graças a esta envolvimento, os auditores internos afastam a perspectiva estreita de medição e avaliação da eficácia dos controlos internos em direcção a um espectro de actividade muito mais amplo e onde esta representa um domínio das matérias essenciais do governo das sociedades.

Segundo Teixeira (2006, pp.70), “a auditoria interna contribui para o modelo de governo das sociedades ao:

- Actuar em áreas críticas da organização, promovendo a redução dos riscos de gestão;
- Fortalecer o sistema de controlo interno por meio de uma eficiente monitorização;
- Recomendar decisões que procurem solucionar falhas nos processos organizacionais;
- Garantir credibilidade e transparência ao processo de prestação de contas;
- Provocar maior envolvimento e responsabilidade do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comité de Auditoria frente às recomendações mencionadas nos seus pareceres e relatórios.”

Esta nova abordagem tem criado oportunidades para que os auditores internos reavaliem o seu papel à luz de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e onde a atenção assenta essencialmente no risco, controlo e processo de governação.

Posto isto podemos dizer que o desenvolvimento dos sistemas de controlo interno, sistemas de gestão de risco e da auditoria interna tornaram-se contributos fundamentais para um bom desempenho a nível do governo das sociedades.

4.- Estudo empírico

4.1.- Justificação do estudo empírico

A lei SOX vem destacar e consciencializar as entidades para a utilidade e a importância de a organização estabelecer controlos adequados.

Muito graças aos conhecimentos que os auditores internos têm dos controlos internos e dos seus processos estes passaram a ser os escolhidos para avaliar os processos de riscos, incentivar a organização a cumprir as leis e regulamentos adequados, actuar como elo de ligação com o Comité de Auditoria, podendo ainda, conquistar vantagens competitivas e evitar fugas de recursos. Ou seja, o auditor interno, normalmente, acaba por ser responsável por atestar a independência e transparência do sistema de controlo interno de modo a proteger os interesses da organização e os interesses dos stakeholders.

Em Portugal não se aplica a lei SOX e como vimos o que de mais análogo se aplica no nosso país são as recomendações elaboradas pela CMVM que regulam os princípios do governo das sociedades das entidades cotadas. Estas recomendações têm vindo a sofrer inúmeras alterações ao longo dos últimos anos sendo que uma dessas alterações ocorreu precisamente em 2003, após a lei SOX que para alguns autores teve uma certa influência nas alterações introduzidas.

O que propomos com este estudo é tentar perceber até que ponto a auditoria interna acompanha esta evolução tentando verificar se o acompanhamento dos princípios do governo das sociedades tem estimulado a expansão da auditoria interna dentro das organizações.

Paralelamente a esta análise, e embora a lei SOX não se aplique em Portugal, existem empresas que por estarem cotadas na bolsa de valores norte americana são obrigadas a respeitar esta lei deste modo pretendemos perceber se este facto será sinónimo de maior desenvolvimento da auditoria interna.

4.2.- Metodologia

Utilizamos a metodologia de estudo de casos, analisando essencialmente relatórios de governo das sociedades, em alguns casos, recorremos a um ou outro relatório de contas com o intuito de procurar informação complementar. Tanto os relatórios de governo das sociedades como os relatórios de contas aqui analisados encontram-se disponíveis nos sítios das próprias entidades, na internet.

Dividimos esta análise em duas fases, uma primeira fase que vai do ano de 2002 até ao ano 2006. Esta primeira divisão é feita a pensar nas recomendações da CMVM do ano de 2005 que só tem impacto nos relatórios já no ano de 2006 a segunda fase decorre desde esta data até 2008.

Efectuamos a divisão deste modo porque, e de acordo com a nossa investigação teórica, consideramos que existem dois pontos de viragem da governação corporativa em Portugal, um em 2005 e outro em 2008 cujo impacto começa só agora, no ano de 2009, a ser perceptível.

Assim, analisaremos ao longo destas duas fases a existência explícita de um conjunto de variáveis nos relatórios do governo das sociedades por nós examinados.

O Quadro nº 4 projecta todas as variáveis que vão ser objecto do nosso estudo.

Estrutura funcional da organização	
1	Possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno
2	Possui uma unidade dedicada ou responsável pela auditoria interna
3	Possui uma unidade dedicada ou responsável pela gestão de risco
Papel da auditoria interna no controlo interno e na gestão de risco	
4	A auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno
5	A auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos assim como dos processos do negócio

Outras funções da auditoria interna	
6	A auditoria interna identifica situações de crises potenciais e de crises ocorridas tentando minimizar a probabilidade de novas ocorrências
7	A auditoria interna monitoriza e participa nos planos estratégicos da organização implementando as recomendações necessárias
8	A auditoria interna assegura o cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicadas
Características da auditoria interna	
9	A auditoria interna é desenvolvida em todo o negócio
10	A auditoria interna possui uma unidade estruturada de modo a acrescer valor a organização
Aplicação da SOX	
11	A organização aplica as melhores práticas da Sarbanes Oxley Act

Quadro 4 - Variáveis em estudo (elaboração própria)

4.3.- Amostra

A nossa amostra é composta por empresas que constituem o PSI20. Esta escolha assenta no facto de estas empresas serem as maiores empresas portuguesas do mercado de capitais o que é sinónimo de um bom nível de maturidade e desenvolvimento, e muito provavelmente apresentam e respeitam as boas práticas de governo das sociedades e controlo interno o que é um indicador para a provável existência de auditoria interna.

Na recolha da nossa amostra tivemos de respeitar um pré-requisito que está relacionado com a obrigatoriedade de existir no sítio da CMVM a evolução dos relatórios de governo das sociedades para que possamos fazer a análise ao longo das duas fases previstas.

Das 20 empresas que constituem o PSI20 apenas 18 vão compor a nossa amostra, isto porque as entidades, Edp Renováveis e a Ren, S.A desrespeitavam o pré-requisito ao

não possuíam uma amostra de relatórios do governo das sociedades suficiente para analisar a evolução da auditoria interna.

Este estudo abrange empresas dos mais variados sectores da economia conforme podemos verificar no quadro que se segue (Quadro 5).

Altri SGPS, S.A.
Bcp - Banco Comercial Português, S.A.
Bes - Banco Espírito Santo, S.A.
Bpi - Banco Português de Investimento, S.A.
Brisa priv. - Auto-estradas de Portugal, S.A.
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Edp - Energias de Portugal, S.A.
Galp Energias Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Mota Engil, SGPS
Pt Portugal Telecom, SGPS, S.A.
Portucel Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
Semapa, S.A.
Sonae ind.- Sonae Indústria, SGPS, S.A.
Sonae , SGPS, S.A.
Sonaecom, SGPS, S.A.
Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A.
Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA

Quadro 5 - Empresas que constituem o nosso estudo (elaboração própria)

4.4.- Análise dos resultados

No ponto que se segue serão tratados e analisados os resultados obtidos neste estudo. Neste sentido, apresentamos no quadro nº 6 as frequências absolutas e relativas referentes às variáveis em estudo.

	Frequência absoluta para a 1ª fase	Frequência relativa para a 1ª fase	Frequência absoluta para a 2ª fase	Frequência relativa para a 2ª fase
Possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno	6	33%	8	44%
Possui uma unidade dedicada ou responsável pela auditoria interna	14	78%	15	83%
Possui uma unidade dedicada ou responsável pela gestão de risco	17	94%	17	94%
A auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno	3	17%	2	11%
A auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos assim como dos processos do negócio	10	56%	9	50%
A auditoria interna identifica situações de crises potenciais e de crises ocorridas tentando minimizar a probabilidade de novas ocorrências	3	17%	3	17%
A auditoria interna monitoriza e participa nos planos estratégicos da organização implementando as recomendações necessárias	7	39%	6	33%
A auditoria interna assegura o cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicadas	9	50%	9	50%
A auditoria interna é desenvolvida em todo o negócio	12	67%	10	56%
A auditoria interna possui uma unidade estruturada de modo a acrescer valor a organização	12	67%	10	56%
A organização aplica as melhores práticas da Sarbanes Oxley Act	5	33%	13	67%

Quadro 6 - Frequências absolutas e relativas das variáveis em estudo (elaboração própria)

Da análise do Quadro nº6 é possível observar que os valores das variáveis não divergem muito entre as duas fases.

Assim, numa primeira análise, verificamos que as variáveis que têm maior frequência correspondem a 2ª, 3ª, 9ª e 10ª variável. Ou seja a generalidade das empresas possuem uma unidade dedicada ou responsável pela auditoria interna e uma unidade dedicada ou responsável pela gestão do risco, por sua vez existe também um número bastante razoável de entidades que considera que possui uma unidade de auditoria interna que é desenvolvida em todo o negócio e que consideram que esta unidade é estruturada de modo a acrescentar valor à organização.

Sendo esta análise muito geral, passaremos de seguida a analisar os resultados de acordo com a divisão apresentada no ponto 4.2.

4.4.1.- Estrutura funcional da organização

Com a análise que se segue pretendemos compreender como se dividem as funções no seio das organizações, a ideia é tentar perceber como se distribuem as unidades dedicadas ao controlo interno, risco e auditoria interna.

Neste sentido e baseando-nos no quadro de frequência apresentado no anexo 1 expomos o gráfico nº1, que representa exactamente essa distribuição.

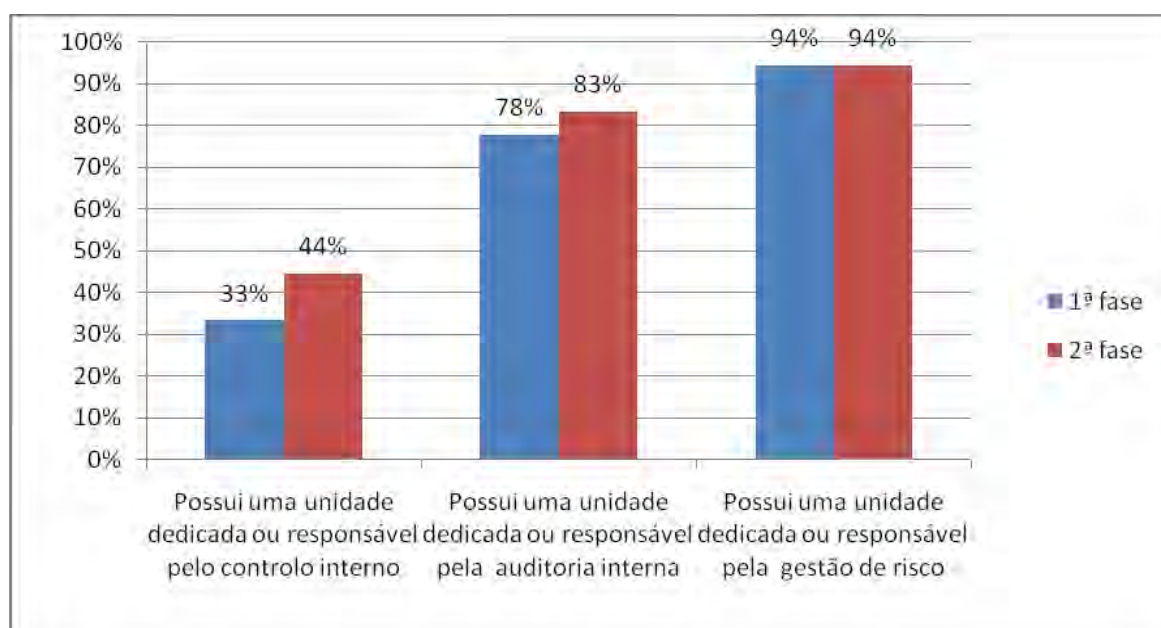


Gráfico nº 1 - Estrutura funcional da organização

Da análise deste gráfico podemos destacar que 94% das entidades possuem uma unidade dedicada ou responsável pela gestão de risco. Esta percentagem decresce para 78% na 1ª fase e 83% na 2ª fase quando nos referimos a uma unidade de auditoria interna.

Das 3 variáveis apresentadas a que apresenta menor frequência (33% na 1ª fase e 44% na 2ª fase) esta relacionada com o facto de as entidades criarem uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno.

Ao longo do exame feito aos relatórios do governo das sociedades tornou-se bastante explícita a existência de uma cumplicidade entre estas unidades. A cumplicidade mais frequente é entre a unidade controlo interno e de auditoria interna, um exemplo desta conivência acontece no Jerónimo Martins, onde a unidade de controlo interno aprova o plano de actividades da unidade de auditoria interna de modo a avaliar a qualidade dos processos de controlo que zelam pelo cumprimento dos objectivos do sistema de controlo interno. Esta abordagem permite tornar mais eficiente o processo de auditoria interna.

Uma situação frequente é a cumplicidade existente entre a unidade de gestão de risco e a unidade de auditoria interna. Um exemplo desta cumplicidade surge na Sonae onde a actividade de gestão de risco é apoiada e suportada pelas unidades de auditoria interna e gestão de risco. Estas unidades têm a mesma missão de ajudar as empresas a atingir os seus objectivos o que passa por minimizar o risco da organização através de uma abordagem sistemática e estruturada.

4.4.2.- Papel da auditoria interna no controlo interno e na gestão de risco

De seguida, propomo-nos perceber qual o papel da auditoria interna na implementação e avaliação dos controlos internos e da gestão de risco. Com esta análise pretendemos concluir acerca da evolução do conceito de auditoria interna, ou seja, tentar verificar se a tradicional função da auditoria interna onde a atenção recai essencialmente sobre os controlos internos é abandonada a favor de uma função muito mais ampla onde auditoria interna para além de assegurar o controlo interno passa a avaliar a eficácia e eficiência da gestão de risco, dos controlos dos riscos e dos processos do negócio.

Sendo que o intuito é perceber se a evolução sofrida no conceito de auditoria é de algum modo retratado nos relatórios do governo das sociedades das organizações que constituem a nossa amostra expomos o gráfico nº 2 baseado no quadro de frequência apresentado no anexo 2.

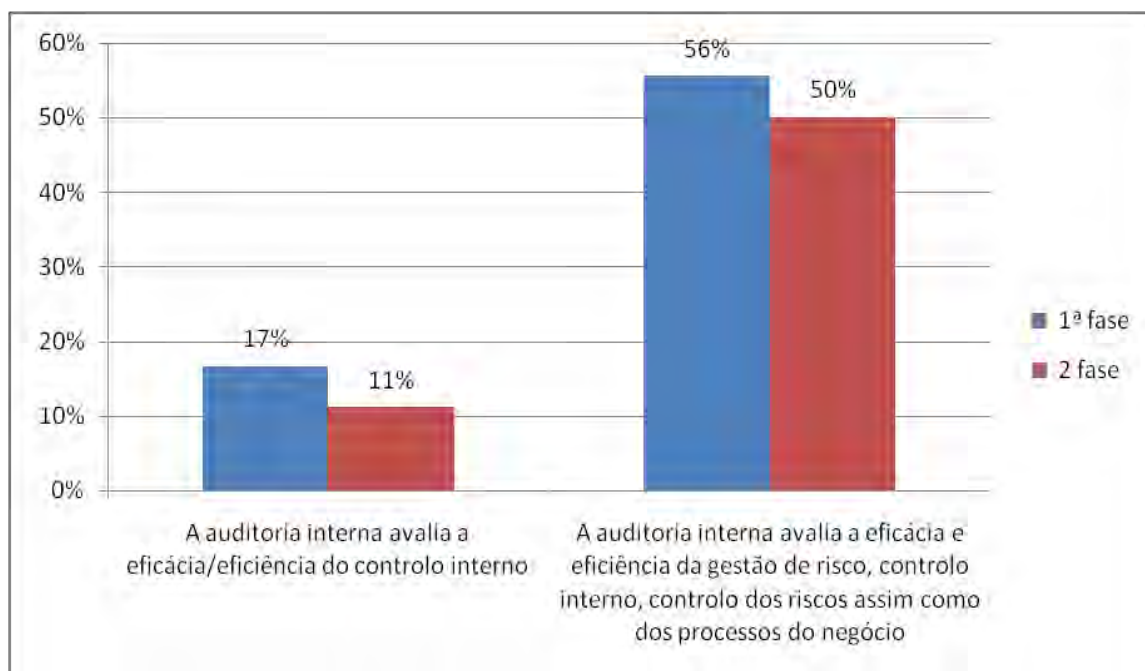


Gráfico nº 2 - Papel da auditoria interna no controlo interno e na gestão de risco

Dentro das entidades que possuem a comissão de auditoria interna, verificamos que a maioria das entidades responsabiliza a auditoria interna pela avaliação da eficácia dos processos de gestão de risco, do controlo interno e dos processos de negócios (1ª fase -56%; 2ª fase – 50%).

Por sua vez surge ainda um conjunto de empresas, embora com uma percentagem de apenas 17% para a 1ª fase e 11% 2ª fase, onde o objectivo da auditoria interna passa, essencialmente, por promover um controlo eficaz.

Assim, dos dados aqui analisados fica perceptível que na maior parte dos casos a auditoria interna está mais empenhada em agir perante o risco, incorporando a gestão do risco. Sendo também possível apontar que, de modo geral, as empresas apresentam, desde logo, um departamento de auditoria interna com uma abordagem baseada no risco, controlo interno e processos de negócios.

Gostaríamos, ainda, de destacar que das empresas observadas e que possuem a auditoria interna como meio de assegurar o funcionamento do controlo interno não é sinónimo de pouco desenvolvimento, podemos chegar a esta conclusão ao observarmos o caso particular da EDP onde a unidade de auditoria interna tem a missão de examinar e avaliar a eficácia do controlo interno, promover e monitorizar a implementação e manutenção do sistema de controlo interno, assegurando o apoio metodológico e garantindo a sua consistência, coerência interna e desempenho. Por sua vez esta entidade possui um Comité de risco que tem como finalidade monitorizar os riscos significativos, aprovando e definindo recomendações sobre políticas procedimentos e limites de risco, este comité tem ainda o apoio da direcção de gestão de risco que faz um acompanhamento da identificação dos riscos, com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação.

Neste caso particular, criar duas unidades independentes foi a forma escolhida pela empresa para assegurar o bom funcionamento interno.

4.4.2.1.- Departamento de controlo interno Vs a auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno

Ao cruzamos a variável “possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno” com a variável “a auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno” temos a intenção de perceber se as empresas têm tendência a responsabilizar a auditoria interna pelo controlo ou se pelo contrário, estas criam um unidade específica para assegurar o controlo interno. Deste modo o gráfico nº3 apresenta os dados cruzados destas variáveis, cujo quadro de frequência consta do anexo 3.

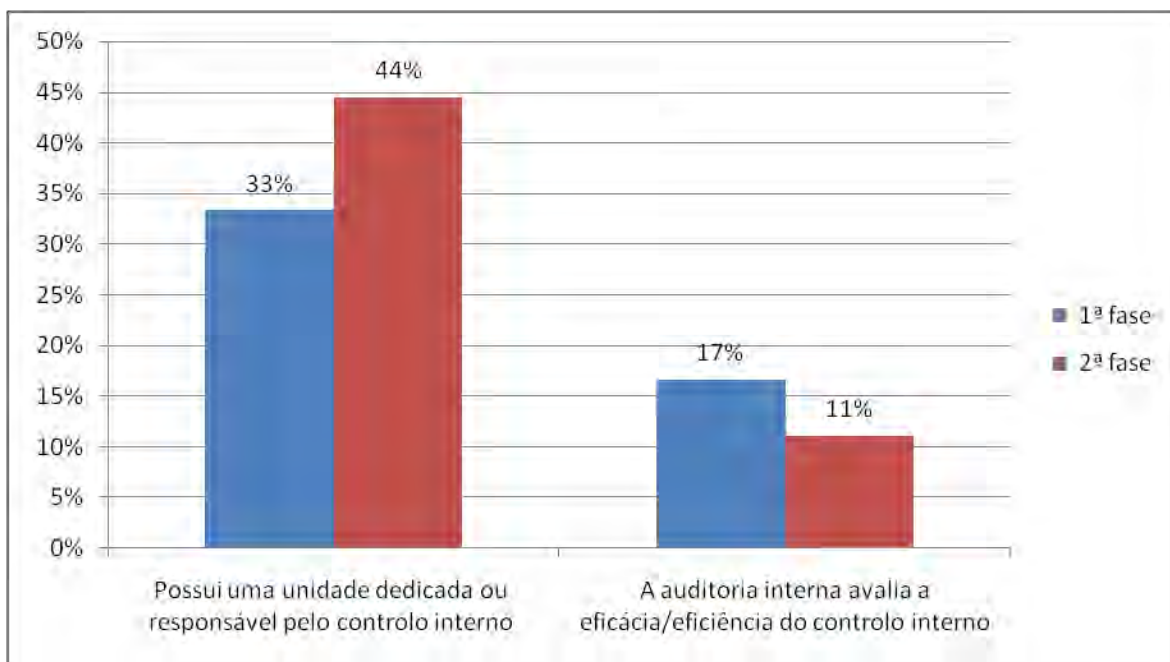


Gráfico nº 3 – Possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno Vs a auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno

Ao analisar este gráfico verificamos que na 1ª fase a percentagem de empresas que possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno é de 33% enquanto a percentagem de empresas que responsabiliza a auditoria interna pela eficácia/eficiência do controlo interno é consideravelmente inferior (17%).

Durante a 2ª fase, a percentagem de empresas que possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno aumentou para 44%, por sua vez, decresce para 11% o número de empresas que imputa a responsabilidade da eficiência e da eficácia do controlo interno à auditoria interna.

Da observação dos relatórios do governo das sociedades foi possível verificar que existem empresas que consideram estas duas variáveis a trabalharem autonomamente mas a maior parte das situações observadas existe uma cumplicidade entre estas duas estruturas. É o caso do BES que, numa primeira fase, possui uma unidade de controlo interno para acompanhar e controlar a evolução da organização no domínio financeiro, dos riscos, de realização de objectivos e de condução e execução de projectos. Por sua vez possui também uma unidade de auditoria interna que tem como principal função a avaliação periódica das práticas e procedimentos de controlo interno.

4.4.2.2- Departamento de gestão do risco Vs a auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos assim como dos processos do negócio

A intenção é compreender se as empresas têm tendência a responsabilizar a auditoria interna pela gestão do risco ou se pelo contrario, estas criam uma unidade dedicada ou responsável pela gestão de risco.

Com o gráfico que se segue, elaborado de acordo com o quadro de frequência apresentado no anexo 4, tentamos perceber qual é a tendência da nossa amostra.

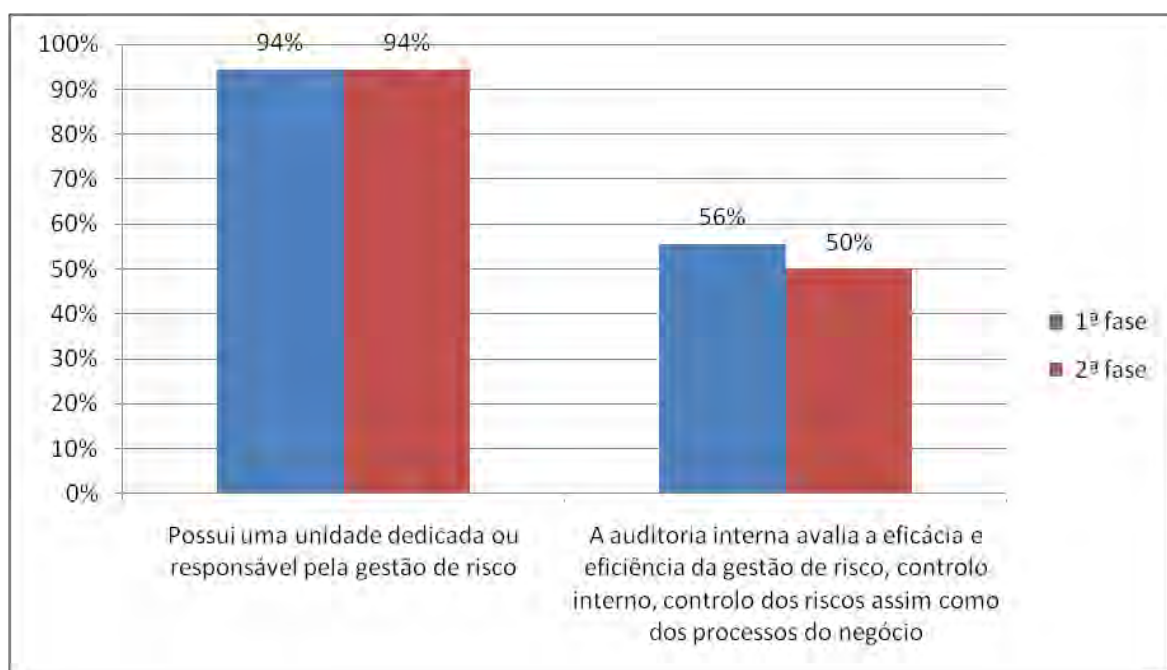


Gráfico nº 4 – Possui uma unidade dedicada ou responsável pela gestão de risco Vs a auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos assim como dos processos do negócio

Da análise do gráfico nº4 verificamos que numa primeira fase 56% das empresas responsabilizam a auditoria interna por assegurar a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos, assim como, dos processos do negócio, sendo que, na 2ª fase esta percentagem desce para 50%. Por sua vez, a quase totalidade (94% para as 2 fases) das empresas analisadas possuem um departamento exclusivo de gestão de risco para assegurar e avaliar o desempenho da gestão do risco.

Deste modo, foi possível observar que a maior parte das entidades deixam a gestão do risco a cargo de um departamento específico, que pelo que foi possível observar nos relatórios é sólido, sustentado e focalizado a garantir, por si só, a eficiência da gestão do risco.

No entanto, existe um número, bastante considerável, de empresas (56% para a 1ª fase e 50% para a 2ª fase) onde a responsabilidade da certificação e avaliação da gestão do risco de todos os processos inerentes ao negócio, está a cargo da auditoria interna.

Desta amostra de empresas, existem algumas que possuem estas duas unidades a desempenhar funções de apoio mútuo em nome do bom funcionamento da gestão do risco.

Pormenorizando um pouco mais, podemos dizer que a maioria das organizações por nós analisadas concedem à unidade de gestão de risco a função de identificar os riscos mais significativos, tentando gerir as crises ocorridas, minimizar a probabilidade de novas ocorrências e assegurar que o processo de gestão de risco é adequado e sujeito a uma rigorosa monitorização. Em alguns casos, ainda é, responsável pelo esboço dos próprios mecanismos de controlo do risco.

Ora, e de acordo com a nossa observação, é exactamente a este nível que surge a parceria com a auditoria interna que muitas vezes acaba por participar, na monitorização dos riscos e na avaliação da eficiência desses mesmos mecanismos de controlo do risco.

Com parceria ou não, desta análise destaca-se que as organizações estão atentas e empenhadas a controlar os riscos que podem vir a afectar a organização, preocupação esta que como pudemos observar não é assim tão recente.

4.4.3.- Outras funções da Auditoria Interna

Com a observação destas variáveis tentámos verificar se os auditores internos realizam outras funções, para além das já referidas, (avaliações aos processos de controlo interno e/ ou gestão do risco).

Assim, com o gráfico nº 5, baseado no quadro de frequência nº 11 apresentado no anexo 5, propomo-nos perceber que “outras funções tem a auditoria interna” no seio da nossa amostra.

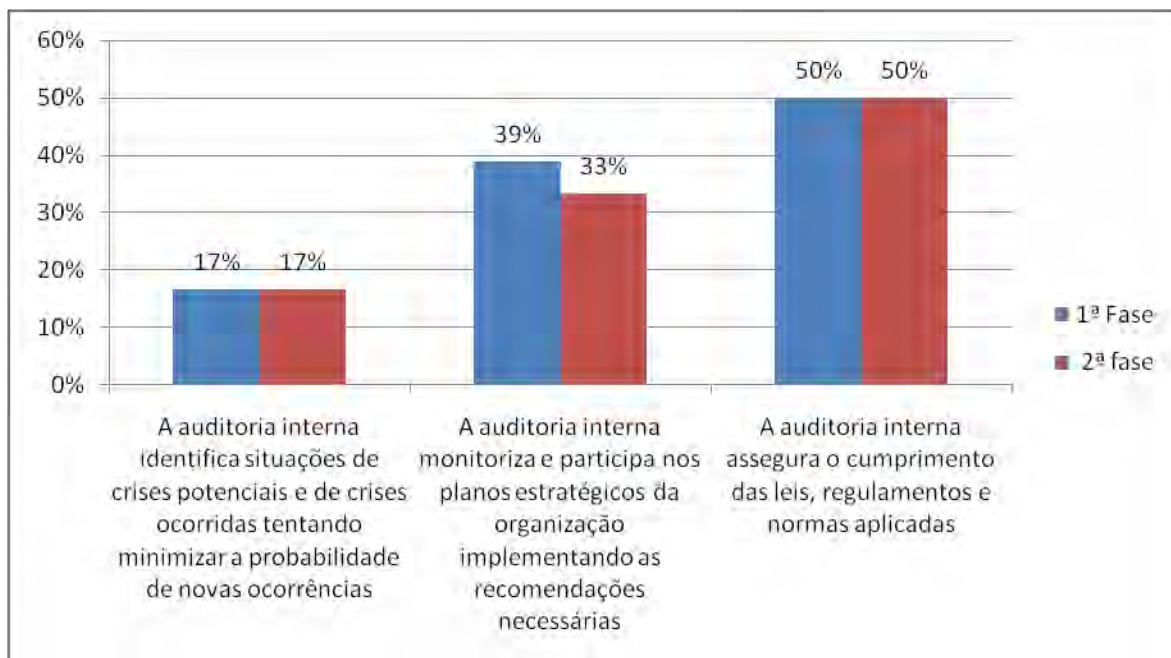


Gráfico nº 5- Outras funções da auditoria interna

Das empresas observadas podemos constatar que a função que tem mais destaque é a auditoria interna, no desenrolar da sua actividade, assegurar o cumprimento, por parte das organizações, das leis, regulamentos e normas (50% para as duas fases).

Ou seja, estas empresas incubem à auditoria interna a revisão dos sistemas estabelecidos de modo a certificar a conformidade com leis, regulamentos e políticas, cujo não cumprimento pode vir a ter um impacto significativo na organização. Nestes casos, sempre que se justifique, a auditoria interna está autorizada a realizar processos de melhoramento ou implementação de novas normas internas

Por sua vez, com uma percentagem de 39% para a 1ª fase e 33% para a 2ª fase, surgem as empresas que colocam a auditoria interna como uma parte activa na monitorização e participação dos planos estratégicos da organização. Nestes casos, a auditoria interna fica responsável por examinar as operações e os programas de modo a averiguar se estes estão a ser executados de acordo com o planeado e se os resultados que originam são consistentes com os objectivos e as metas estabelecidas.

Da análise aos relatórios ficou, ainda, visível que caso estes resultados não sejam os esperados o departamento de auditoria poderá propor a implementação de melhores procedimentos de modo a otimizar a performance dos negócios, implementação esta que é monitorizada pelo departamento de auditoria interna.

Por último, debruçamo-nos sobre a variável.”A auditoria interna identifica situações de crises potenciais e de crises ocorridas tentando minimizar a probabilidade de novas ocorrências” que é a que apresenta menos frequência. Assim, somente, 17% das empresas deixam a cargo da auditoria interna a análise das actividades e dos processos de negócio das áreas onde potencialmente se verificam os maiores riscos e/ ou áreas mais carentes. Nestes casos, a auditoria interna tem a função de minimizar os riscos de erro, fraude ou de condutas inadequadas.

De destacar que o facto de não haver muitas empresas a responsabilizar a auditoria interna pelo tratamento das situações de crise não é sinónimo de que as empresas deixem esta temática sem tratamento, pelo contrário, na nossa observação foi possível constatar que, por norma, esta matéria é tratada por outras unidades mais específicas, como por exemplo pelo departamento de gestão de risco ou gestão de crise.

4.4.4.- A auditoria interna acrescenta valor a organização Vs auditoria interna é desenvolvida em todos o negócio.

Decidimos cruzar a variável “a auditoria interna acrescenta valor à organização” com a variável “a auditoria interna é desenvolvida em todo o negócio” porque consideramos que existe uma forte relação entre elas dado que, quanto mais amplo é o trabalho da auditoria interna mais valor poderá acrescentar à organização.

Como o gráfico nº6 (baseado no quadro de frequência apresentado no anexo 6) pretendemos expor essa relação.

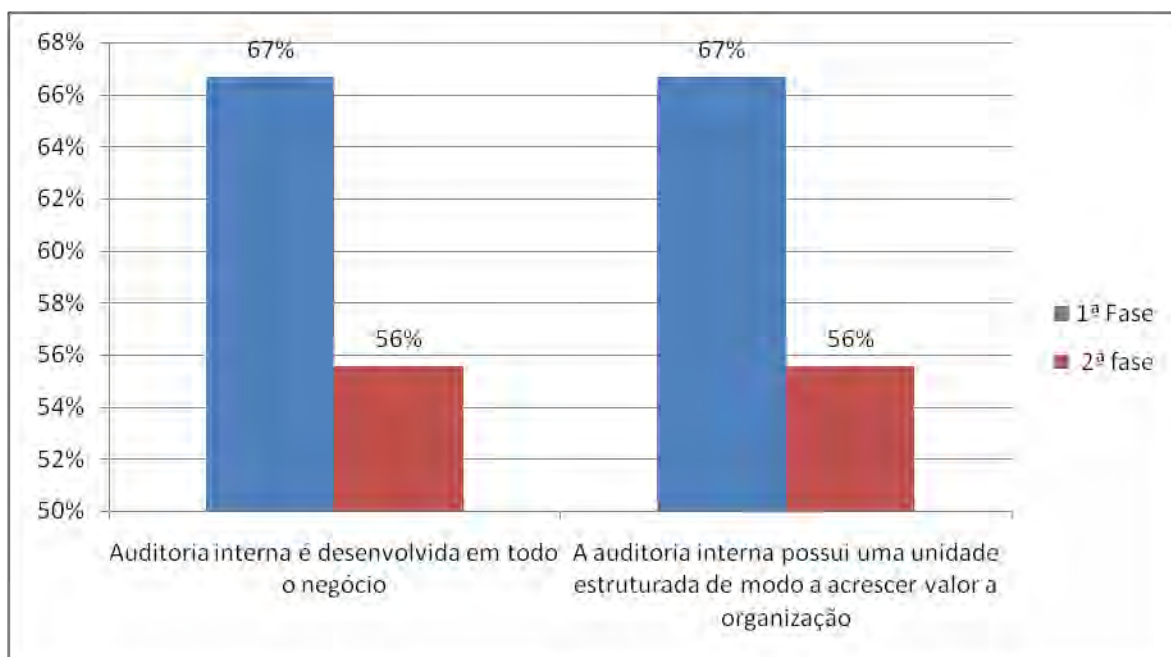


Gráfico nº 6- A auditoria interna acrescenta valor a organização Vs auditoria interna é desenvolvida em todos o negócio.

Desta observação podemos concluir que, numa 1ª fase 67% das entidades analisadas admitem desenvolver a auditoria interna em todas as áreas de negócio e consideram ter um departamento estruturado que possa acrescer valor à organização. Por sua vez, numa 2ª fase esta percentagem desce para 56%, o que não significa necessariamente um decréscimo da importância da auditoria interna na organização este facto está certamente relacionado com a complexidade dos relatórios, situação que expomos mais claramente no ponto 4.5.

Em forma de resumo, e conforme os dados obtidos nesta observação, podemos dizer que um número razoável de empresas preza um dos grandes desafios da auditoria interna, que é o de fornecer sucesso e valor à empresa e quanto mais amplo for o trabalho do auditor interno mais valor este poderá acrescentar à organização, uma vez que a sua estratégia chega a muito mais áreas.

4.4.5.- As organização que aplicam práticas da Sarbanes Oxley- Act

De seguida a nossa observação irá recair sobre as entidades que para além de respeitarem as recomendações sobre o governo das sociedades previstas pela CMVM, têm, também, de respeitar as recomendações previstas pela lei SOX

Com a análise que se segue tentamos perceber até que ponto o facto de as empresas adoptarem as normas previstas pela SOX é sinónimo de maior desenvolvimento, quer a nível do desempenho da auditoria interna quer das funções gerais da organização.

O gráfico nº 7, elaborado com base no quadro de frequência apresentado no anexo 7, retrata a percentagem das entidades que estão a adoptar a lei SOX.

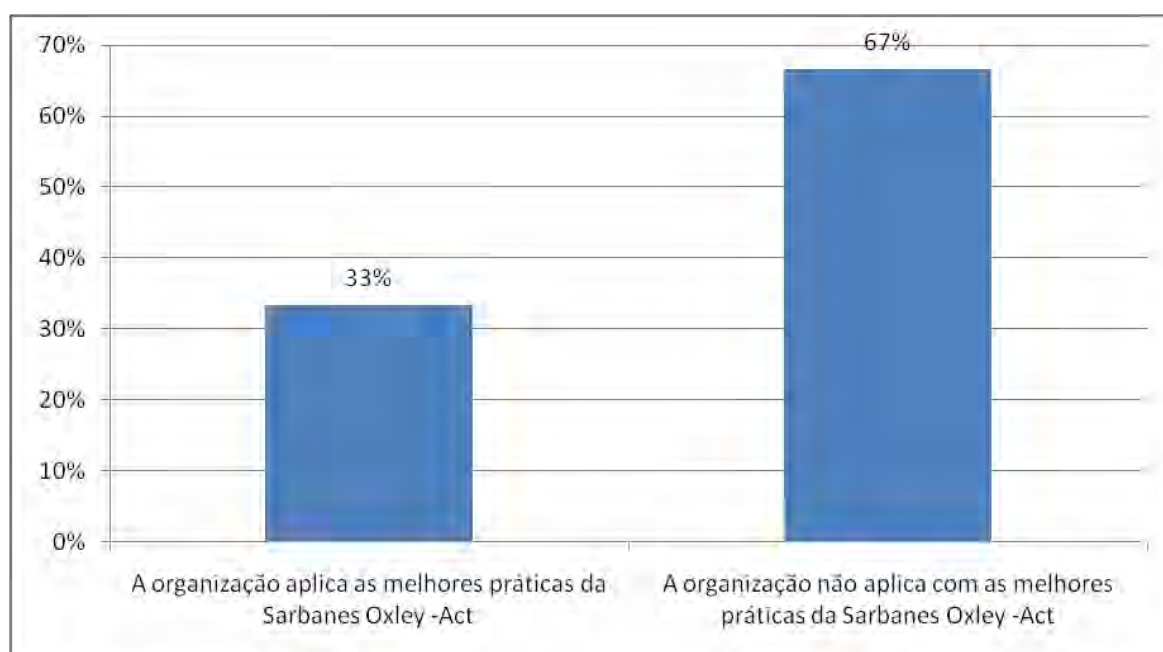


Gráfico nº 7- Organizações que aplicam a lei SOX

Da análise deste gráfico podemos constatar que 33% das organizações que constituem a nossa amostra aplica ou já aplicou a lei SOX.

Estas organizações ou grupos encontram-se relacionadas com a lei SOX porque possuem, ou já possuíram, valores admitidos à negociação na bolsa norte-americana, ficando desta forma influenciados em determinado momento por esta lei.

Com a finalidade de perceber a dinâmica entre a auditoria e a lei SOX, ou seja perceber de que modo a auditoria interna pode apoiar a organização a implementar a lei SOX

e se este facto terá provocado um desenvolvimento na auditoria interna, o gráfico nº 8, baseado no quadro de frequência apresentado no anexo 8, cruza as variáveis “ Possui uma unidade dedicada ou responsável pela auditoria interna” com a variável “auditoria interna é desenvolvida em todo o negócio” e “ a auditoria interna possui uma unidade estruturada de modo a acrescentar valor à organização”.

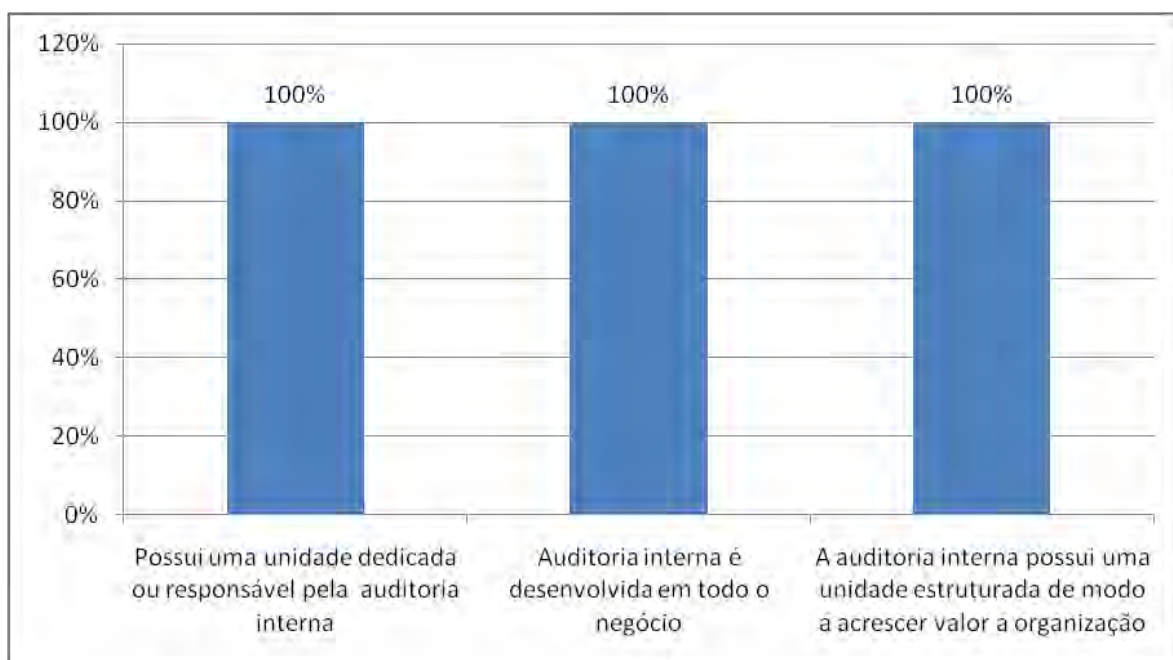


Gráfico nº 8 – Importância da auditoria interna nas organizações que aplicam a lei SOX

Como podemos observar a totalidade das empresas que seguem os requisitos da lei SOX possuem uma unidade de auditoria interna estruturada que pode acrescentar valor à organização e que é desenvolvida em todo o negócio. Estas organizações consideram que a auditoria interna realiza a sua missão de modo objectivo e imparcial aplicando as suas metodologias sistemáticas com eficiência e eficácia.

Posto isto, e visto que, ficou explicito que todas estas empresas possuem uma unidade de auditoria interna organizada e bem sedimentada surge a aspiração de percebermos quais as funções da auditoria interna que podem ajudar a organização a alinhar os seus projectos com as melhores práticas previstas pela lei SOX.

Sendo que, uma das principais abordagens desta lei está relacionada com o controlo interno, o gráfico nº 9 realizado de acordo com o quadro de frequências exposto no

anexo 9, cruza as estruturas privilegiadas por estas organizações para assegurar o controlo interno;

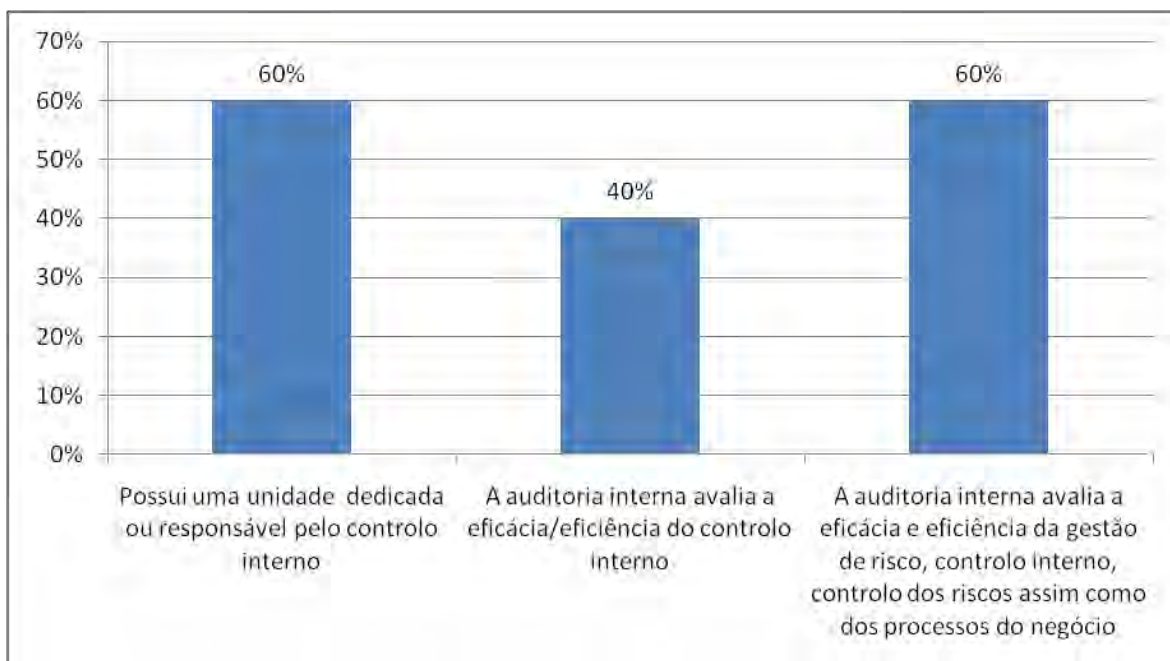


Gráfico nº 9– Estrutura que assegura o controlo interno nas organizações que aplicam a lei SOX

Aquando da implementação da lei SOX as empresas ou os grupos de empresas viram-se forçados a desenvolver processos de controlo interno que pudessem garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos e garantir que os riscos críticos identificados fossem controlados para um nível aceitável.

Da análise do gráfico é possível constatar que a auditoria interna tem uma elevada responsabilidade no que diz respeito a assegurar a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno. Da análise dos relatórios de governo das sociedades, foi possível verificar que num número muito considerável de situações fica a cargo da auditoria interna a verificação se estes controlos funcionam de modo correcto e em proporção com o risco conhecido e se as actividades da entidade são processadas e registadas correctamente.

Por sua vez, e para a maioria (60%) destas entidades a auditoria interna assegura ainda a adequação dos sistemas de gestão de risco ficando, frequentemente, a seu cargo o acompanhamento dos diversos riscos.

De seguida apresentamos o gráfico nº10, que corresponde ao quadro de frequências apresentado no anexo 10, e onde tentamos tornar visível que outras funções de auditoria interna podem apoiar a implementação da lei SOX.

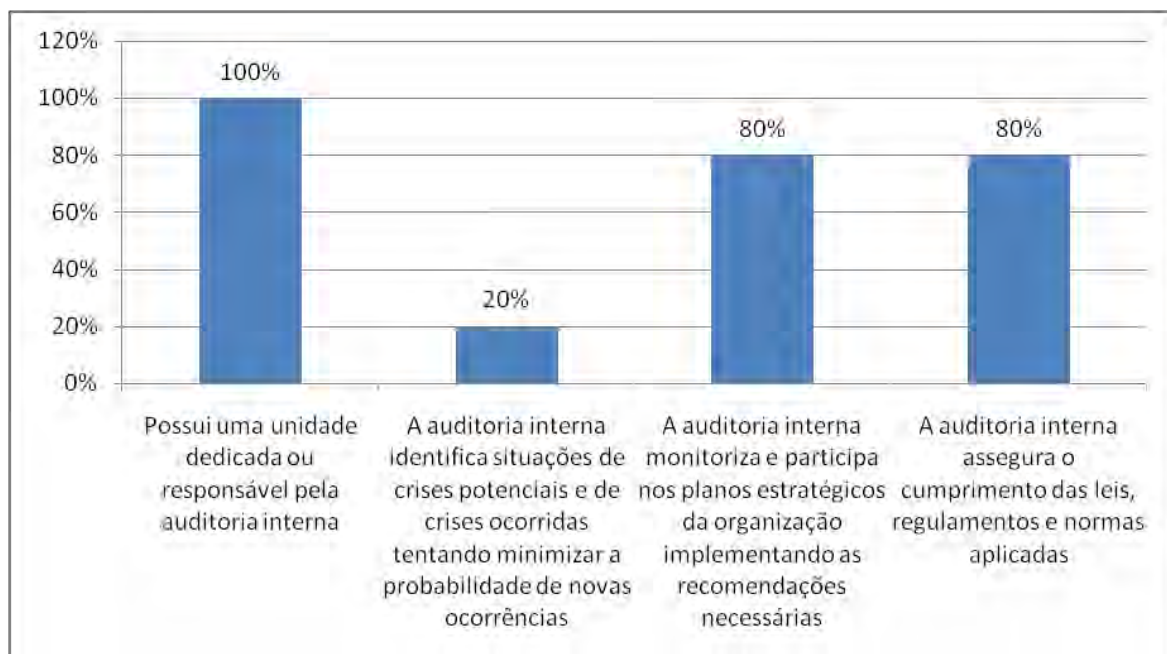


Gráfico nº 10 – Outras funções da auditoria interna utilizadas pelas empresas que implementam a lei SOX

Da análise deste gráfico, observamos que, somente 20% das entidades que aplicam a lei SOX utilizam as funções de auditoria interna para identificar situações de crise ao mesmo tempo que tentam minimizar a probabilidade de novas ocorrências. No entanto, 80% destas empresas monitorizam e participam nos planos estratégicos da organização implementando as recomendações sempre que se justifique. A mesma percentagem de empresas (80%) responsabiliza a auditoria interna por assegurar o cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicadas.

Numa observação mais detalhada aos relatórios do governo das sociedades, foi possível analisar o caso particular da Zon, onde verificamos que esta entidade, face às exigências nacionais e internacionais, teve de desenvolver um processo de controlo interno com o intuito de garantir a conformidade com os objectivos, as políticas, os procedimentos, a fiabilidade de informação e, a eficiência das operações. Acresce ainda que,

também teve minimizar a ocorrência de fraude e garantir que os riscos críticos identificados são controlados e reduzido para um nível aceitável.

Perante o novo projecto, a Zon, responsabilizou a unidade de auditoria interna em assegurar a supervisão e a execução de todas estas políticas e procedimentos de modo a que a entidade respeitasse os padrões exigidos pela lei SOX.

Embora esta situação não seja tão explícita nas restantes empresas, foi possível verificar que a auditoria interna vai de encontro com as necessidades da SOX e embora as organizações possam constituir comissões específicas para a implementação da SOX recorrem, frequentemente, às funções de auditoria interna.

4.5.- Limitações

Ao longo da execução do nosso estudo empírico deparamo-nos com determinadas limitação que de certo modo podem ter condicionado os resultados.

Podemos começar por referir que durante a análise aos relatórios do governo das sociedades, quanto mais desenvolvidos estes fossem mais difíceis era obter informação acerca da auditoria interna. Isto porque, os últimos desenvolvimentos previstos pelas recomendações do governo das sociedades provocou um aumento da complexidade destes relatórios, de tal ordem, que torna-se cada vez mais difícil aceder a informações relativa a essa área.

Ou seja, detecta-se que a presença da auditoria interna é bastante forte dando a sensação que esta se encontra cada vez mais envolvida no seio da entidade mas, a informação a seu respeito é muito escassa, é como se a auditoria interna estivesse implícita. Como este estudo é realizado em duas fases nas situações onde nos deparamos com esta limitação valeu-nos o facto de a análise ser constituída por mais do que um relatório.

Em relação à nossa amostra gostávamos de referir o facto de esta ser de pequenas dimensões e agrupar empresas de grandes dimensões que se encontram num estado de desenvolvimento elevado. Neste sentido consideramos que esta amostra poderá ser representativa das empresas que se encontram cotadas na Bolsa de Euronext mas chamamos atenção para o facto de não ser possível fazer extrapolações para o universo empresarial português.

Por fim, destacamos o facto da análise das diferentes variáveis terem dependido da percepção que o autor teve dos relatórios. Deste modo, e visto ser uma interpretação pessoal, esta análise possui um elevado grau de subjectividade.

4.6.- Conclusões do estudo empírico

As nossas conclusões são apresentadas de acordo com a divisão seguida na análise das variáveis, e consistem na sistematização dos resultados mais relevantes.

-Estrutura funcional da organização

A este nível podemos começar por referir que se torna claro que a auditoria interna está envolvida na organização das sociedades, sendo o seu papel cada vez mais vincado e imprescindível.

Ou seja, ao longo deste estudo foi possível verificar que a auditoria interna passou a desempenhar uma função de destaque, ficando a seu cargo o estabelecimento de um conjunto de princípios e processos internos que irão assegurar o bom desempenho da organização.

Mas, não foi só a auditoria interna que mereceu destaque, sendo que, de acordo com a nossa análise podemos concluir que, e como o esperado, o controlo interno tem vindo a acompanhar o desenvolvimento das empresas, tornando-se cada vez mais frequente depararmo-nos com a preocupação das organizações em possuírem um controlo interno eficaz. Para garantir esta eficácia torna-se essencial que estes controlos passem a ser rigorosamente monitorizados. Esta monitorização, nalguns casos, ficou a cargo da auditoria interna, noutros casos, foi criado um comité ou comissão específica

-Papel da auditoria interna no controlo interno e na gestão de risco

O que sobressai neste estudo acerca desta temática, é o facto da maioria das empresas por nós analisadas passarem a considerar a perspectiva mais moderna de auditoria interna que abandona o tradicional controlo interno, evoluindo assim, para uma dinâmica mais ampla que engloba, a gestão do risco, o controlo interno e os processos de negócio.

Para a maior parte das empresas analisadas é exactamente a este nível que a auditoria interna desempenha um papel de elevada importância assegurando a existência na empresa de níveis apropriados de risco, de modo a evitar que as operações das organizações sejam afectadas. Em determinados casos, é ainda da responsabilidade da auditoria interna atestar a adequação e monitorização do processo de gestão de risco.

-Outras funções da auditoria interna

Com este estudo, ficou claro que a auditoria interna passou a adoptar um papel mais diversificado acabando por ampliar as suas competências. Assim, em determinadas organizações, fica responsável por tentar minimizar a probabilidade dos riscos causarem impacto nos negócios, ou seja perante situações de crise a auditoria interna deverá estar preparada para responder prontamente com soluções.

Outras entidades consideraram que, a auditoria interna deve monitorizar e participar nos planos estratégicos da organização estando, em alguns casos, envolvida na discussão dos projectos.

A nosso ver, esta perspectiva tem cada vez mais adeptos porque a empresa e os próprios auditores só saem a ganhar, ou seja, permite que os auditores internos tenham uma visão global das dificuldades e necessidades da entidade, facilitando a monitorização dos processos, e a implementação com destreza das resoluções. Desta forma a auditoria interna cria valor à empresa.

Mas, o papel da auditoria interna não se confina a isto e ao longo deste estudo tornou-se bastante evidente que a auditoria interna continua a ser responsável pela aplicação, adequação e cumprimento das leis, normas e regulamentos internos.

-Outras características da auditoria interna

Nesta fase da nossa análise debruçamo-nos sobre a já emblemática temática “a auditoria interna acrescenta valor”. Da nossa observação resulta que um número razoável de empresas possuem um departamento de auditoria interna estruturado de modo a que esta possa ser vista como uma mais-valia para entidade.

Segundo Pinheiro (2008 c, pp.4), “a existência de uma auditoria interna, sustentada num enquadramento adequado e na integridade dos auditores, é um dos factores mais importante para ajudar a credibilizar”, isto porque, “é um poderoso instrumento de gestão para mitigar os riscos negativos e contribuir para um desempenho excelente, fornecer valor accionista e ajudar a comprometer todos os colaboradores nos objectivos estratégicos da empresa”.

As empresas aqui estudadas têm um grande fluxo de capital nos mercados financeiros e de capitais, logo será imperativo garantir que todas as operações que ocorrem dentro destas entidades são apropriadas, coerentes, eficazes e transparentes. Tarefa que não pode estar mais dentro das competências da auditoria interna. Assim para muitas empresas a auditoria interna é vista como um apoio imprescindível para manter o nível de desenvolvimento.

Por estas razões, é que um número razoável de empresas desenvolveram a auditoria em todo o negócio. Este facto tem uma razão de ser porque, para que a auditoria interna consiga desempenhar do melhor modo possível as suas funções, deverá poder actuar em todas as áreas da organização de forma a conseguir identificar as áreas prioritárias e as que necessitam de especial atenção, só assim, poderá assistir a entidade a alcançar as metas e os objectivos pré-definidos com o sucesso pretendido.

-Aplicação da SOX

Na parte final deste estudo tentámos verificar se algumas das empresas aqui observadas seriam influenciadas pela lei SOX.

Segundo Pinheiro (2008 c), a aplicação da referida lei provocou o reforço e o acompanhamento dos processos de controlo interno e respectivos riscos. Por sua vez, incentivou a adopção de procedimentos de auto controlo, avaliação periódica e adopção de medidas correctivas em cada vez mais áreas

Estudos norte-americanos mostraram que com a SOX a auditoria interna passou inevitavelmente a ter maior destaque, uma vez que muitas destas funções ficariam a seu cargo, para conseguir responder às necessidades a auditoria interna alterou as suas funções alargou competências e modificou metodologias.

Das empresas aqui analisadas que estão condicionadas à lei de SOX, podemos concluir que todas elas possuem uma unidade de auditoria interna estruturada que é desenvolvida em todo o negócio e que terá apoiado estas empresas a respeitar algumas exigências da lei SOX. As propostas da lei SOX que estiveram inevitavelmente relacionadas com a auditoria interna estão associadas com o sistema de controlo interno. Foi exactamente a este nível que surgiram os maiores apoios por parte da auditoria interna através da análise e participação na elaboração de propostas e sugestões relacionadas com os pressupostos da SOX.

Este acompanhamento nem sempre foi exclusivo da auditoria interna mas nos casos em que esta situação se verificou a auditoria interna terá trabalhado em parceria com outras unidades específicas em prol do controlo interno e de toda a sua envolvente

Tínhamos a pretensão de verificar se existia uma relação directa entre o desenvolvimento da auditoria interna e o envolvimento destas empresas com a lei SOX mas, este facto não ficou devidamente claro. Sendo apenas possível verificar que a auditoria interna destas empresas é mais abrangente e desenvolvida, facto que acreditamos poder estar relacionado com as crescentes necessidades das empresas em gerarem recursos para responderem às exigências da lei SOX mas que foi impossível de comprovar. Até porque estas empresas não se regem exclusivamente pela lei SOX e a conformidade que existe entre as duas estruturas de governo das sociedades (código da CMVM e lei SOX) pode levar a que a integridade, transparência e rigor do modelo português seja reforçado pelas normas de boas práticas previstas pela SOX

Por sua vez, gostaríamos também de salientar o facto das empresas aqui analisadas e que apenas respeitam as boas práticas de governo das sociedades aconselhadas pela CMVM, também possuírem um bom grau de desenvolvimento que não é assim tão diferente das empresas que aplicam a lei SOX.

Neste contexto, há uma questão que nos surge: será que estas empresas pretendem lançar-se no mercado de valores internacional ou as recomendações, aplicadas estão a par das normas internacionais?

Talvez possamos arriscar e dizer que aquando do surgimento da lei SOX, nos Estados Unidos da América esta influenciou todas as normas, regulamentos, e recomenda-

ções que surgiram posteriormente, até mesmo em Portugal que está longe da sua jurisdição.

Aliás, se analisarmos os desenvolvimentos ocorridos no departamento de auditoria interna das empresas norte americanas após a aplicação da lei SOX, deparamo-nos com fortes semelhanças com o que, neste momento, está a ocorrer dentro das nossas empresas.

Passando a explicar, como vimos a lei SOX incentiva os executivos a criarem uma eficaz estrutura de controlo interno e a identificar os riscos que podem impedir a realização dos objectivos sem esquecer o estabelecimento dos controlos para atenuar esses riscos, uma situação muito semelhante está a ser vivida nas empresas que se regem somente pelas normas da CMVM. Estas empresas à semelhança das que aplicam a lei SOX, passaram a incentivar uma política de gestão empresarial do risco e a adopção de um sistema articulado e eficiente de controlo interno, com o objectivo de detectar e mitigar os riscos inerentes à actividade da sociedade.

5.- Conclusão

As sucessivas falências que ocorreram um pouco por todo o mundo económico estimularam a necessidade de serem estabelecidas novas e estruturadas regras de governo das sociedades, e é nestas circunstâncias que surge a lei SOX que veio representar a proclamada revolução nas normas do governo das sociedades.

Neste sentido, a lei SOX aposta na força da lei para obrigar as empresas a boas práticas de transparência. Sendo ainda previstas penalizações por incumprimento, cujo principal intuito passa por tentar demover os mais audazes. (Lourenço et al, 2008).

Embora a Lei SOX não seja aplicada em Portugal o mercado português não ficou alheio à reflexão sobre o governo das sociedades, e os primeiros e principais grandes desenvolvimentos surgem pela “mão” da CMVM através da aprovação de um conjunto de recomendações que tentam acompanhar e transpor para Portugal as práticas de governo das sociedades debatidas internacionalmente, isto sem desrespeitar as características e singularidades da realidade portuguesa.

Para a CMVM uma adequada política de governo das sociedades deve garantir a transparência, assegurar a defesa dos accionistas e dos credores, responsabilizar os gestores pelos incumprimentos de objectivos e pelas violações à lei, não impedir a maximização de performance, ser conforme aos standards internacionais e ser ajustada à realidade do país, (Moreira et al, 2004, pp.7).

Ao observarmos as mudanças desenvolvidas nas recomendações da CMVM, podemos concluir que a evolução de Portugal em termos de governo das sociedades é particularmente forte nos últimos anos tornando-se uma matéria indispensável para o bom desenvolvimento das empresas portuguesas. Foi ainda possível, verificar que Portugal está alinhado com as melhores práticas internacionais de governo das sociedades.

Intrinsecamente relacionado com a execução de bons princípios de governo das sociedades, tanto os propostos pela CMVM como a lei SOX, surgem paralelamente, fortes desenvolvimentos na função de auditoria interna. Sendo possível concluir, e de acordo com as nossas expectativas, que a profissão de auditoria interna ao acompanhar as necessidades das organizações tem contribuindo para que estas melhorem o seu desem-

penho. Por sua vez, podemos dizer que este envolvimento da auditoria interna com as novas regras do governo das sociedades será responsável pela actual ascensão da função da auditoria interna.

Deste modo, tornou-se evidente o abandono do tradicional conceito de auditoria interna, onde a função do auditor se resumia, essencialmente a fiscalizar o controlo interno para passar a adoptar uma nova função, proactiva, de avaliação e consultoria, auxiliando a organização a atingir os seus objectivos, melhorando a efectividade da gestão de riscos, do controlo interno e do processo de governação. Podendo ainda garantir que as políticas das organizações são respeitadas, que os seus activos são protegidos e que as suas operações são controladas (Teixeira , 2006).

Posto isto, a principal conclusão é de que a auditoria interna é cada vez mais imprescindível ao bom funcionamento das organizações e que esta tem vindo a evoluir à medida que as empresas vão acompanhando os desenvolvimentos de governo das sociedades.

Aliás, esta situação foi possível verificar no nosso estudo empírico, onde constatámos que por norma um departamento de auditoria interna que possua uma abordagem sistemática e estruturada tem a possibilidade de ajudar as empresas a atingir os seus objectivos. Constatámos, ainda que quanto mais desenvolvida a empresa mais imprescindível é a função da auditoria interna e embora esta pudesse passar despercebida encontra-se bem posicionada no seio da empresa.

Neste sentido podemos dizer que segundo a nossa percepção as empresas apostaram no sucesso ao apostar no reforçar das competências da auditoria interna.

.- Bibliografia

- **AICPA, (2005)**, Internal Control: A Tool for the Audit Committee, http://www.aicpa.org/audcommctr/toolkitsnpo/internal_control.htm, acesso em Novembro de 2009.
- **Almeida, D. (2005)**, Gestão de Risco e Governo das Sociedades, *Revista de Auditoria Interna*, nº22, Outubro/Dezembro.
- **Anand, S. (2007)**, *Essentials of Sarbanes Oxley*, John Wiley & Sons.
- **Antunes, J. et al (2007)**, A importância da atuação dos Comitês de Auditoria nos trabalhos dos auditores independentes de companhias abertas.
- **Attie, W.(1998)**, *Auditoria – Conceitos e Aplicações*; Editora Atlas S.A.
- **Azevedo, P. (2007)**, O papel da regulamentação na governança corporativa: Estimando os efeitos da lei Sarbanes – Oxley Sobre o retorno de ações Brasileiras listadas nos EUA.
- **Barreiro, M. (2007)**, Auditoria Interna – Aliada da estratégia empresarial; *Revista de Auditoria Interna*, nº 27, Abril /Julho.
- **Câmara, P.(2008)**, A auditoria interna e o governo da sociedades -2ª parte; *Revista de Auditoria Interna*, nº31, Outubro/Dezembro.
- **Castanheira, N. (2007)**, Auditoria Interna Baseada no Risco - Estudo do caso Português, Tese de Mestrado em Contabilidade e Auditoria Universidade do Minho.
- **Castanheira, N. & Rodrigues, L.(2006)**, Gestão de risco – da abordagem tradicional à gestão de risco empresarial, *Revisores & Empresas*.
- **CMVM (2001)**, Regulamento da CMVM n.º 7/2001 Governo das Sociedades Cotadas.
- **CMVM (2005)**, Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas.
- **CMVM (2007 a)**, Regulamento da CMVM nº 1/ 2007.
- **CMVM (2007 b)**, Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades

- **CMVM (2009)**, Consulta Pública da CMVM N.º 02/2009 - Projecto de Regulamento da CMVM Governo das Sociedades Cotadas (Revoga o Regulamento da CMVM N.º1/2007) e Projecto de Alteração ao Código do Governo das Sociedades (Recomendações).
- **COSO (2004)**, Enterprise Risk Management - Integrated Framework – Executive Summary.
- **COSO (2009)**, Internal Control — Integrated Framework, Guidance on Monitoring Internal Control Systems.
- **COSO (1992)**, Internal Control — Integrated Framework, <http://www.coso.org/IC.htm>, acesso em Outubro de 2009.
- **Costa, A. (2008)**, A Auditoria Interna nos Municípios Portugueses.
- **Cunha, V & Martins, A. (2007)**, Uma Visão Económica da Questão do Governo das Empresas, *Jornal de Contabilidade*, nº 367.
- **Deloitte (2005)**, Optimizing The Role of Internal Audit in The Sarbanes-Oxley Era.
- **DiNapoli, T. (2007)**, Standards for Internal Control in New York State Government.
- **Ecora (2005)**, The IT Director's Practical Guide To Sarbanes-Oxley Compliance.
- **Freitag, V. C. et al (2008)**, O tratamento dos gastos de implantação da SOX e seus benefícios – Um Estudo de Caso; Congresso USP de Contabilidade e Controladoria.
- **Gerônimo, L. et al (2009)**, Governança Corporativa – Uma abordagem segundo a Lei Sarbanes Oxley, *RUC – Revista Unieuro de Contabilidade*, Brasília, v. 2; n. 1; Fevereiro.
- **Gonçalves, A. (2008)**, A evolução das Metodologias de Auditoria, *Revisores e Auditores*.
- **Gordon, A. (2009)**, Sarbanes Oxley and Internal Audit, <http://ezinearticles.com/?Sarbanes-Oxley-And-Internal-Audit&id=378023>, acesso em Outubro de 2009.
- **Harrington, C. (2004)**, Internal Audit's New Role –Put together a top-notch department, *Journal of Accountancy*.
- **IIA (2004 a)**, The Institute of Internal Auditors; Internal Auditing's Role in Sections 302 and 404- U.S. Sarbanes –Oxley Act Of 2002.

- **IIA (2004 b)**, The Role of Internal Auditing in Enterprise-wide Risk Management.
- **Instituto Português de Auditoria Interna (2002)**, A Lei de Sarbanes – Oxley de 2002.
- **Lisboa, I. (2009)**, Manual de Auditoria Interna - Conceitos e práticas para implementar a Auditoria Interna,
http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auditoriainterna_diferencasbasicas_sentreauditoria.htm, acesso em Setembro 2009.
- **Lourenço (2008)**, Manuel et all; *Corporate governance* – factor de prevenção da fraude contabilística, *Revista TOC*.
- **Mattedi, L. (2006)**, Como a Governança Corporativa pode ajudar no fortalecimento do Mercado de Capitais Brasileiro.
- **Marques, M. (2003)**, O que é o “Corporate Governance”; *Revista de Auditoria Interna*, nº17, Outubro/Dezembro.
- **Matyjewicz, G. & D'Arcangelo, J. (2004)**, ERM - BASED AUDITING, *Internal Auditing*, Boston, Nov/Dec, Vol.19;
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=782937921&Fmt=4&clientId=23852&RQT=309&VName=PQD>, acesso em Outubro 2009.
- **Miller, P. (2008)**, Controle Interno- Governança Corporativa – Administração de Riscos- Fraude, El Auditor Interno,
<http://www.iaia.org.ar/elauditorinterno/19/Articulo1p.htm>, acesso em Setembro de 2009.
- **Morais, G. & Martins, I. (2003)**, *Auditoria Interna – Função e Processo*; Áreas Editoras.
- **Morais, G. & Benito, G. (2008)**, Auditoría Interna Medioambiental Basada en la Gestión del Riesgo Corporativo: Un Caso de Estudio.
- **Moreira, J. et all (2004)**, Corporate Governance em Portugal.
- **Pereira, G.& Branco, C.(2005)**, As Novas Regras sobre Governo das Sociedades ("Corporate Governance").

- **Pereira, N.(2007)**, Crescente Relevância dos Sistemas de Controlo Interno e de Governo nas Sociedades Comerciais, *Revista de Auditoria Interna*, nº28, Outubro/Dezembro.
- **Pinheiro, J. (2005)**, Auditoria Interna - Criar Sucesso, *Revista de Auditoria Interna*, nº 22,Outubro / Dezembro.
- **Pinheiro, J. (2008 a)**, *Auditoria Interna - Manual Prático para Auditores Internos – Uma abordagem proactiva e a evolução necessária*, Editora Rei dos Livros.
- **Pinheiro, J. (2008 b)**, Simbiose entre os princípios de boa governação e o controlo interno, *Revista de Auditoria Interna*, nº32, Outubro /Dezembro.
- **Pinheiro, J (2008 c)**, O Inegável valor da auditoria a partilha do conhecimento, *Revista de Auditoria Interna*, nº30, Abril/ Junho.
- **Pires, A. (2008)**, Impacto da lei Sarbanes - Oxley no Sistema de Controlo Interno das empresas cotadas no EUA – O caso Português; Mestrado em Contabilidade e Auditoria; Universidade Aberta.
- **Filho, C. (2007)**, Mapeamento de processos baseado em controlos para governança de tecnologia da informação; Programa de Pós- Graduação Stricto- Sensu.
- **Rick, J. (2008)**, Rising to the challenge - Traduzido por Raul Fernandes, *Revista de Auditoria Interna*, nº 31, Julho/Setembro.
- **Russo, J.(2004)**, O controlo interno das empresas, Dezembro.
- **Santos, L. (2004)**, A Lei Sarbanes - Oxley: uma tentativa de recuperar a credibilidade do mercado de capitais norte-americano, Faculdade de Ciências contábeis - Universidade Federal de Uberlândia.
- **Sousa, O. (2007)**, Auditoria Interna – evolução para além da Sarbanes - Oxley.
- **Teixeira, M. (2006)**, O contributo da Auditoria Interna para uma Gestão eficaz, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria.
- **TUAC (2004)**, Review of the OECD Principles of Corporate Governance: An Evaluation by the TUAC Secretariat.
- **Tavares, C.(2006)**, Evolução e alterações no Governo das Sociedades.
- **Zanker, P .(2008)**, Gestão de Risco e Governança Corporativa: As empresas Brasileiras na Bolsa de valores de nova York, Dissertação de Mestrado.

Anexos

Anexo 1

Estrutura funcional da organização

	Frequência absoluta da 1ª fase	1ª Frequência relativa da 1ª fase	Frequência absoluta da 2ª fase	Frequência relativa da 2ª fase
Possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno	6	33%	8	44%
Possui uma unidade dedicada ou responsável pela auditoria interna	14	78%	15	83%
Possui uma unidade dedicada ou responsável pela gestão do risco	17	94%	17	94%

Anexo 2

Papel da Auditoria Interna no controlo interno e na gestão de risco

	Frequência absoluta da 1ª fase	Frequência relativa da 1ª fase	Frequência absoluta da 2ª fase	Frequência relativa da 2ª fase
A auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno	3	17%	2	11%
A auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos assim como dos processos do negócio	10	56%	9	50%

Anexo 3

Possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno Vs a auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno

	Frequência absoluta da 1ª fase	Frequência relativa da 1ª fase	Frequência absoluta da 2ª fase	Frequência relativa da 2ª fase
Possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controlo interno	6	33%	8	44%
A auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controlo interno	3	17%	2	11%

Anexo 4

Possui uma unidade dedicada ou responsável pela gestão de risco Vs a auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos assim como dos processos do negócio

	Frequência absoluta da 1ª fase	Frequência relativa da 1ª fase	Frequência absoluta da 2ª fase	Frequência relativa da 2ª fase
Departamento de gestão de risco	17	94%	17	94%
A auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controlo interno, controlo dos riscos assim como dos processos do negócio	10	56%	9	50%

Anexo 5

Outras funções da auditoria interna

	Frequência absoluta da 1ª fase	Frequência relativa da 1ª fase	Frequência absoluta da 2ª fase	Frequência relativa da 2ª fase
A auditoria interna identifica situações de crises potenciais e de crises ocorridas tentando minimizar a probabilidade de novas ocorrências	3	17%	3	17%
A auditoria interna monitoriza e participa nos planos estratégicos da organização implementando as recomendações necessárias	7	39%	6	33%
A auditoria interna assegura o cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicadas	9	50%	9	50%

Anexo 6

A auditoria interna acrescenta valor a organização Vs auditoria interna é desenvolvida em todos o negócio.

	Frequência absoluta da 1ª fase	Frequência relativa da 1ª fase	Frequência absoluta da 2ª fase	Frequência relativa da 2ª fase
Auditoria interna é desenvolvida em todo o negócio	12	67%	10	56%
A auditoria interna possui uma unidade estruturada de modo a crescer valor a organização	12	67%	10	56%

Anexo 7

Organizações que aplicam a lei SOX

Adoptam a SOX	Frequência absoluta	Frequência relativa
A organização aplica as melhores práticas da Sarbanes Oxley -Act	5	33%
A organização não aplica as melhores práticas da Sarbanes Oxley -Act	13	67%

Anexo 8

Importância da auditoria interna nas organizações que aplicam a lei SOX

Das organização que aplicam com as melhores práticas da Sarbanes Oxley -Act	Frequência absoluta	Frequência relativa
Possui uma unidade dedicada ou responsável pela auditoria interna	5	100%
Auditoria interna é desenvolvida em todo o negócio	5	100%
A auditoria interna possui uma unidade estruturada de modo a acrescentar valor a organização	5	100%

Anexo 9

Estrutura que assegura o controle interno nas organizações que aplicam a lei SOX

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Possui uma unidade dedicada ou responsável pelo controle interno	3	60%
A auditoria interna avalia a eficácia/eficiência do controle interno	2	40%
A auditoria interna avalia a eficácia e eficiência da gestão de risco, controle interno, controle dos riscos assim como dos processos do negócio	3	60%

Anexo 10

Outras funções da auditoria interna utilizadas pelas empresas que implementam a lei SOX

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Possui uma unidade dedicada ou responsável pela auditoria interna	5	100%
A auditoria interna identifica situações de crises potenciais e de crises ocorridas tentando minimizar a probabilidade de novas ocorrências	1	20%
A auditoria interna monitoriza e participa nos planos estratégicos da organização implementando as recomendações necessárias	4	80%
A auditoria interna assegura o cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicadas	4	80%